



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 193

TERÇA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 251ª SESSÃO, EM 6 DE DEZEMBRO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nºs 436, 437 e 438, de 1993 (nºs 916, 919 e 925/93, na origem), de 1º, 2 e 3 do corrente mês, respectivamente, restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

— Nºs 439 e 440, de 1993 (nºs 920 e 924/93, na origem), de 2 e 3 de dezembro do corrente ano, respectivamente, de agradecimento de comunicações.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S/163, de 1993 (nº 128/93, na origem), de 30 de novembro último, do Governo do Estado da Bahia, solicitando autorização para refinar a dívida do Estado junto ao Banco Econômico S.A.

— Aprovação, pela Comissão Diretora, em reunião do dia 18 de novembro último, dos Requerimentos nºs 1.088, 1.089, 1.102, 1.106, 1.119 a 1.138, e 1.149, de 1993, dos Senadores Moisés Abrão, João Rocha, Nelson Wedekin, Gilberto Miranda e Jutahy Magalhães, de informações aos Ministros que mencionam, em reunião do dia 18 de novembro último.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR MAURO BENEVIDES — Falecimento da Srª Olga Monte Barroso, esposa do Ministro e ex-parlamentar Parsifal Barroso, ocorrido ontem em Fortaleza-CE.

O SR. PRESIDENTE — Fala associativa de pesar pela Srª Olga Monte Barroso.

SENADOR DIRCEU CARNEIRO — Reflexões sobre o MERCOSUL e as dificuldades da integração de mercados.

SENADOR JOÃO CALMON — A prioridade da Educação na política social. Necessidade de novo percentual sobre a receita de impostos destinada à Educação.

1.2.4 — Comunicações da Presidência

— Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 379, de 30 de novembro de 1993, que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social — INAMPS; designação da Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

— Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 380, de 1º de dezembro de 1993, que altera a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

1.2.5 — Ofício

— Nº 150/93, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membros em Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 375/93.

1.2.6 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que prorroga o prazo estabelecido pela Lei nº 8.396, de 2-1-92.

1.2.7 — Requerimentos

— Nº 1.378, de 1993, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo do Jornalista Márcio Moreira Alves, publicado

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

no Jornal O Globo, de 1º.12.93, intitulado *Uma década sem Teotônio*.

— Nº 1.379, de 1993, de autoria do Senador Carlos De'Carli, solicitando que seja considerado, como licença autorizada, o período de 19 a 26 de novembro de 1993. **Aprovado.**

— Nº 1.380, de 1993, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando que seja considerado, como licença, o dia 3 de dezembro do ano em curso. **Aprovado.**

— Nº 1.381, de 1993, de autoria do Senador Levy Dias, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 1, 3, 5, 8, 12, 19, 22, 26 e 29 de novembro de 1993. **Aprovado.**

— Nº 1.382, de 1993, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando que seja considerado, como licença, o dia 6 de dezembro do corrente ano. **Aprovado.**

1.2.8 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CÉSAR DIAS — Defesa da criação de um organismo de integração dos Países amazônicos, a propósito da aprovação, pelo Congresso dos Estados Unidos, do NAFTA — Mercado Comum dos Estados Unidos da América, México e Canadá.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — O sacrifício da classe média nacional, vítima da corrosão salarial gerada pela inflação.

SENADOR MÁRCIO LACERDA — Conferência Parlamentar Norte-Sul, realizada de 18 a 23 de outubro passado, em Ottawa, Canadá.

SENADOR JONAS PINHEIRO — Solidariedade à Deputada Roseane Sarney que, no entendimento de S.

Exª, estaria sendo vítima de campanha difamatória na Imprensa, visando minar uma possível candidatura do ex-Presidente José Sarney às próximas eleições.

1.2.9 — Comunicações da Presidência

— Dispensa da Ordem do Dia, nos termos do art. 174, do Regimento Interno.

— Término do prazo sem que tenha sido oferecidas emendas as seguintes matérias:

— Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1991, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo.

— Projeto de Resolução nº 126, de 1993, que autoriza a Companhia Vale do Rio Doce a contratar operação de crédito externo junto ao Export-Import Bank of Japan, no valor equivalente a até duzentos milhões de dólares norte-americanos, com garantia da União.

1.2.10 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.3 — ENCERRAMENTO****2 — ATOS DO PRESIDENTE**

Nºs 570 a 581, de 1993

3 — ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Nº 015, de 1993

4 — ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 079 a 081, de 1993

5 — ATAS DE COMISSÃO**6 — MESA DIRETORA****7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

TES

Ata da 251ª Sessão, em 6 de dezembro de 1993**3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência dos Srs. Lourival Baptista, Dirceu Carneiro e Meira Filho*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aluizio Bezerra _ Antonio Mariz _ Bello Parga _ Beni Veras _ Cesar Dias _ Cid Sabóia de Carvalho _ Dario Pereira _ Elcio

Alvares _ Flaviano Melo _ Francisco Rollemberg _ Jarbas Passarinho _ João Rocha _ Josaphat Marinho _ José Paulo Bisol _ Jutahy Magalhães _ Lourival Baptista _ Mansueto de Lavor _ Marco Maciel _ Mauro Benevides _ Ney Maranhão _ Pedro Teixeira _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — A lista de presença acusa o comparecimento de 23 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

Nº 436, de 1993 (nº 916/93, na origem), de 1º do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 29, de 1993-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito adicional até o limite de um bilhão, seiscentos e oitenta e seis milhões, oito mil e duzentos e quatro cruzeiros reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 8.738, de 1º de dezembro de 1993.

Nº 437, de 1993 (nº 919/93, na origem), de 2 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 34, de 1993-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor de trinta e seis bilhões, duzentos e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e onze mil cruzeiros reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 8.739, de 2 de dezembro de 1993.

Nº 438, de 1993 (nº 925/93, na origem), de 3 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1992 (nº 4.620/90, na Casa de origem), que autoriza a doação do imóvel que menciona, sancionado e transformado na Lei nº 8.740, de 3 de dezembro de 1993.

De agradecimento de comunicação:

Nº 439, de 1993 (nº 920/93, na origem), de 2 de dezembro do corrente ano, referente à Mensagem CN nº 70, de 1993, participando o término, sem deliberação final do Congresso Nacional, do prazo para apreciação da Medida Provisória nº 360, de 1993; e

Nº 440, de 1993 (nº 924/93, na origem), de 3 de dezembro do corrente ano, referente à Mensagem SM nº 248, de 1993, comunicando a promulgação da Resolução nº 103, de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu, do Governo do Estado da Bahia, o Ofício nº S/163, de 1993 (nº 128/93, na origem), de 30 de novembro último, solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para refinanciar a dívida do Estado junto ao Banco Econômico S. A.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguardará a complementação dos documentos necessários à sua instrução.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora aprovou, em sua reunião de 18 de novembro último, os Requerimentos de Informação nºs 1.088, 1.089, 1.102, 1.106, 1.119, 1.138 e 1.149, de 1993, dos Srs. Senadores Moisés Abrão, João Rocha, Nelson Wedekin, Gilberto Miranda e Jutahy Magalhães aos Ministros que mencionam.

Concedo a palavra ao eminente Senador Mauro Benevides para uma breve comunicação.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com profunda emoção, a sociedade cearense tomou conhecimento, sábado último, do falecimento, na cidade de Sobral, de D. Olga Monte Barroso, viúva do saudoso Senador e Governador Parsifal Barroso e uma das figuras de maior expressão do Ceará, mercê de suas nobres qualidades de coração e de espírito.

Filha única do inesquecível líder Francisco de Almeida Monte, que foi deputado federal e um dos mais influentes nomes da política cearense, exercendo o comando do antigo PSD e, posteriormente, do PTB em toda a zona norte do Estado, D. Olga demonstrou sempre grande dinamismo em suas atividades no campo social, destacando-se na Presidência da LBA, quando Primeira-Dama do Estado, na orientação do Serviço Social do Governo e, por último, na direção da Sociedade Amigos do Livro, além de prestar assistência a inúmeras instituições filantrópicas de Fortaleza e do interior do Ceará. Graças ao seu trabalho persistente e fecundo, foi construído o Hospital Infantil, que hoje pertence à Faculdade de Medicina da Universidade Federal, além de substancial ajuda que sempre prestou aos necessitados, em geral.

Seu falecimento decorreu quando, em sua fazenda, sentiu-se mal, deslocando-se com urgência para a cidade de Sobral, onde já chegou sem vida. E, ao ser divulgada a notícia de sua morte, grande foi a comoção de todos que lhe dedicavam a maior admiração por seu espírito humanitário e inteligência de escol.

Dedicada às Letras, pertenceu à Academia Cearense de Retórica, à Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno e à Associação Cearense de Imprensa, publicando alguns livros de crônicas e estudos biográficos. As artes plásticas tiveram, igualmente, o seu valioso patrocínio, sendo freqüente também o seu comparecimento às grandes solenidades culturais realizadas em Fortaleza, na Universidade, na Academia Cearense de Letras e nas galerias em que pintores e desenhistas expunham os seus trabalhos.

Foi uma ilustre Dama e grande Senhora, possuindo inúmeras condecorações, entre as quais a da Ordem da Leopoldina e a Medalha do Mérito da LBA. Promoveu a publicação do livro *O Cearense*, em que Parsifal Barroso estuda as origens e os principais traços psicológicos e antropológicos de nossa gente, que Assis Chateaubriand considerava os últimos portugueses do Brasil.

O Sr. João Calmon — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Mauro Benevides?

O SR. MAURO BENEVIDES - Concedo o aparte ao nobre Senador João Calmon, que conviveu de perto com D. Olga Monte Barroso, cujo desaparecimento pranteio, neste instante, na tribuna do Senado Federal.

O Sr. João Calmon - Nobre Senador Mauro Benevides, como cearense honorário e tendo vivido os melhores anos da minha vida na "loura desposada do sol", Fortaleza, tão decantada pelo poeta Paula Ney, sinto-me no dever de trazer minha solidariedade a esta homenagem a uma das figuras mais admiráveis da vida pública do Ceará, como V. Exª tanto tem salientado no seu pronunciamento, que também está ligada a uma obra que considero da maior importância, cuja iniciativa partiu de mim, o Hospital-Escola Assis Chateaubriand. O marido de D. Olga, o inesquecível Ministro e Parlamentar Parsifal Barroso, quando à frente da Pasta do Trabalho e por insistência também de sua esposa, concedeu uma ajuda

significativa para a conclusão dessa obra que V. Exª, por muitas vezes, exaltou, inclusive, tendo contribuído para diminuir, embora não de forma espetacular, os altos índices de mortalidade infantil de Fortaleza. Por isso, no momento em que o nosso Ceará está de luto com o desaparecimento de D. Olga Barroso, sinto-me no dever de associar-me a V. Exª na exaltação dessa figura realmente notável, filha de um dos homens públicos mais importantes do nosso Ceará. Muito obrigado.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Exª, nobre Senador João Calmon. V. Exª conheceu de perto D. Olga Monte Barroso e agora relembra a atuação fecunda que ela levou a efeito, quer como Primeira-Dama do Estado, presidindo a LBA, chefiando o Serviço Social, quer como esposa de Ministro, sempre dando uma contribuição inestimável às obras filantrópicas, entre elas o Hospital-Escola Assis Chateaubriand. V. Exª teve a iniciativa de lançar essa idéia que representou, sem dúvida, um dos grandes instantes da sua benfazeja passagem pelo Ceará, a ponto de todos os nossos coestaduanos, através da Assembléia Legislativa, terem conferido merecidamente o título de "Cidadão Cearense" a V. Exª, glória que trago também para mim, porque, como Presidente da Assembléia, tive o privilégio de, em uma sessão inesquecível, passar às suas mãos aquela láurea que o vinculou definitivamente à nossa terra e à sua gente.

Realmente, Senador João Calmon, D. Olga foi uma dama admirável, de virtudes excepcionais e, ainda agora, integrava conosco a Academia Cearense de Retórica, sendo uma figura das mais atuantes daquele sodalício, que tem a presidi-lo o também ilustre cearense, Dr. Francisco Osmundo Pontes.

Muito grato a V. Exª, nobre Senador João Calmon, por esta homenagem que também presta à extraordinária dama cearense, Olga Monte Barroso, ontem desaparecida.

Por tudo isso, Sr. Presidente, o passamento de D. Olga constituiu motivo de consternação de toda a família alencarina, a quem ela serviu com a maior dedicação e o mais exemplar desprendimento, granjeando a gratidão dos humildes e o respeito das mais diferentes camadas sociais.

Ao dar esta notícia a V. Exª, Sr. Presidente, Senador Lourival Baptista, que conviveu de perto com o esposo de D. Olga, o saudoso Paricifal Barroso, e aos demais Senadores, presto reverente homenagem à memória de D. Olga Monte Barroso, de quem sempre recebi fidalgas provas de estima e amizade.

Uma grande perda, sem dúvida, para o Ceará e para a gente cearense.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Sr. Senador Mauro Benevides, nesta oportunidade, a Mesa do Senado Federal associa-se, com pesar, ao pronunciamento de V. Exª, comunicando a esta Casa o falecimento de D. Olga Monte Barroso, que constituiu uma grande perda para o seu Estado. Concedo a palavra ao eminente Senador Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PSDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Lourival Baptista; Srs. Senadores, desejo trazer hoje à reflexão do Senado Federal um dos assuntos que, seguramente, considero o mais importante, do ponto de vista político-econômico, deste final de século para o Brasil. Quero referir-me ao MERCOSUL, à integração de mercados do Sul: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Estive, na semana passada, participando de um encontro da Comissão Parlamentar Conjunta em Montevidéu, onde

foram discutidos assuntos da atualidade que dizem respeito a essa complexa operação de unificar mercados entre países, com um nível de pretensão muito além de uma simples zona de livre comércio, como desejam os norte-americanos, canadenses e mexicanos.

O desafio do MERCOSUL é muito mais complexo, muito mais abrangente, muito mais profundo, porque pretende a constituição de um mercado comum, com pressupostos de união aduaneira, de sistema monetário comum, de políticas de harmonização de leis, normas, padrões, tributos, taxas e uma enorme quantidade de assuntos que devem ser incluídos nessa agenda e no rol de entendimento dos quatro países.

Trago este assunto porque tenho sentido na sociedade brasileira, mesmo aqui no Parlamento, que é um assunto pouco discutido. De modo geral, apenas no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste do Brasil, o assunto é razoavelmente conhecido. Percebemos que outras regiões do País não têm informações sobre a integração desses mercados. No entanto, creio que poderão sofrer as consequências.

Vejo também que o tema é pouco discutido neste Parlamento, principalmente neste momento em que assuntos de suma importância política polarizam o debate e as demais questões perdem terreno para o assunto do dia. Mas, considerando que este assunto MERCOSUL é um ponto de permanente preocupação, tanto de parlamentares como da sociedade brasileira, queria lembrar aqui primeiramente a natureza do Tratado — um Tratado feito às pressas, completamente falho; ao abordar a integração, apenas fez referência a questões econômicas, mercantis, relativas ao capital; não tem sequer uma palavra sobre relações de trabalho, ou sobre questões de meio-ambiente, de educação, de cultura e outros componentes absolutamente fundamentais para se tratar com abrangência o tema.

Se por um lado esse tratado é falho, por outro ele teve a extraordinária virtude de enterrar uma história de longos anos de relações de desconfiança mútua, particularmente entre o Brasil e a Argentina. O setor militar, durante toda a história, sempre alimentou a hipótese de um conflito, e para tal sofreu a interferência do Primeiro Mundo, com interesses evidentemente próprios e pragmáticos, investindo numa desunião progressiva entre os países, fazendo com que virássemos as costas aos nossos vizinhos de língua coirmã — o espanhol. Durante todo este período, o Brasil não considerou, com a profundidade necessária, nem a cultura nem a riqueza das trocas comerciais com os países limítrofes. Em todo esse período tivemos os nossos olhos voltados para a Europa, para os Estados Unidos e para o Atlântico.

A partir do Tratado de Assunção, começamos a intensificar nosso relacionamento com argentinos, paraguaios e uruguaios, e descortinar aspectos culturais, da língua, do meio ambiente, educacionais, correlatos a uma história de povos que querem caminhar juntos.

Nesse sentido, esse relaxamento de tensões de fronteiras é algo que podemos comemorar com toda a segurança como um dos aspectos mais positivos das relações internacionais do Brasil.

Por outro lado, o tratado tem aspectos peculiares e, de certo modo, sensíveis. Um deles é a questão dos prazos. Os sul-americanos desafiaram a experiência internacional, que nunca ousou, em prazos tão curtos e tão estreitos, uma integração tão complexa como é essa de mercado comum. Eis que os prazos estão chegando rapidamente: no dia 31 de dezembro de 1994, estaremos com todos os nossos obstáculos de fronteira

derrubados para se efetivar essa integração inicial dos nossos mercados. Para tanto, precisaríamos estar, até o dia 31 de dezembro referido, com a harmonização das leis já alcançada, com as normas e padrões adotados em comum, com uma legislação tributária harmonizada, com taxas e outras questões correlatas ao assunto de integração.

No entanto, estamos muito defasados nesse aspecto. A decisão política com datas marcadas flui sem nenhum obstáculo, mas a execução das medidas administrativas não está acompanhando o cronograma e, seguramente, vai introduzir dificuldades muito grandes, o que faz com que os países tenham até proposto um adiamento dessas datas pressionados por outros setores também, principalmente aqueles que demoram mais a tomar decisões e a atualizar-se perante esse desafio, que é seguramente ao que me refiro — o setor primário.

Nenhum dos governos dos quatro países fez qualquer referência a essa possibilidade de adiamento da entrada em prática do acordo. O que tem ocorrido são integrações progressivas do ponto de vista comercial e isso tem sido alcançado plenamente. As relações de trocas comerciais intra-regionais do MERCOSUL foram ampliadas em mais de 75%, o que significa uma expansão extraordinária, atingindo neste ano de 1993 seguramente a marca dos oito bilhões de dólares; marca nunca antes atingida.

Nessa exploração inicial de integração de mercado, esses quatro países praticamente já detêm quase 50% de todas as trocas comerciais da América Latina, significando com isso um potencial enorme que, através desse propósito da união de mercados, conseguiram alcançar.

Mas não ficam apenas as trocas comerciais; precisamos avançar em relação à circulação de bens e serviços e fatores de produção e, seguramente, esses ainda estão muito atrasados nos seus cronogramas. Não temos, ainda, uma definição mais clara das relações trabalhistas de trabalhadores que se deslocam de um país para outro e já temos tido problema, particularmente na Argentina, para onde centenas de trabalhadores foram em busca de trabalho, levados por empresas brasileiras ou mesmo contratados por empresas argentinas, sem respeitar a legislação nacional argentina que diz respeito à seguridade social e outros aspectos que já estão produzindo alguma dificuldade neste momento.

É natural encontrarmos dificuldades nos momentos de transição, uma vez que não estão todas as regras definidas, e, portanto, uma ou outra sempre poderá ser transgredida. Mas, para isso, as autoridades do nosso País estão atentas e acredito que não teremos maiores problemas, mesmo no período de transição, até alcançarmos um estatuto do MERCOSUL que seja compatível com o interesse dos nossos países e principalmente dos trabalhadores, naquilo que diz respeito aos aspectos sociais da integração.

Mas temos também discutido, nessas reuniões parlamentares, questões da atualidade. Em Montevideu, na semana passada, tratamos do relacionamento do MERCOSUL com o NAFTA, visto que já haviam circulado pelo noticiário internacional contatos de autoridades, principalmente dos Estados Unidos, ligadas ao Presidente Bill Clinton, com autoridades de países integrados ao MERCOSUL, e a integração parcial de um país do MERCOSUL com o NAFTA seria algo extremamente complexo, constrangedor até, quem sabe, para os demais países.

Sobre esses contatos, foi publicado pelas autoridades americanas que o primeiro país da América do Sul a participar

de entendimentos para a integração comercial com o NAFTA teria sido o Chile; logo em seguida, a Argentina.

O Chile não tem qualquer embaraço do ponto de vista de tratados, visto que não pertence ao Pacto Andino e nem ao MERCOSUL. De modo que poderia, a qualquer momento, estabelecer entendimentos e negociações nesse sentido.

Mas, no caso da Argentina, existem impeditivos, pelo fato do tratado do MERCOSUL, o Tratado de Assunção, prever a exclusão de países que mantêm tratados ou pactos regionais; para participar do MERCOSUL um país tem que ser plenamente independente de qualquer pacto regional.

Discutimos esse problema com os parlamentares e firmamos um compromisso, numa declaração de Montevideu, que deixa bem claro que qualquer entendimento do MERCOSUL com o NAFTA deve ser feito em bloco. Se vier a ser estabelecido um pacto de maior profundidade entre os dois blocos, seguramente haverá de ser feito na sua totalidade.

Isto definiu, de certo modo, uma apreensão que havia, principalmente, por parte de parlamentares brasileiros, que não estavam vendo com bons olhos a aproximação individual de qualquer país do MERCOSUL com aquele mercado norte-americano ao qual acabamos de nos referir. Mas ficou esclarecida, do ponto de vista parlamentar, essa situação, e vamos lutar para que esse entendimento seja respeitado pelos nossos governos.

Por outro lado, acentuamos a necessidade da intensificação do papel dos parlamentares nessa comissão conjunta, visto que o Tratado de Assunção, no seu art. 24, faz uma referência muito vaga a ele, algo que seguramente se deveu a um momento infeliz da diplomacia brasileira, que, ao elaborar esse tratado, deixou impreciso e muito vago o papel que os parlamentares devem exercer nesse mister da integração. Os Parlamentos Latino-americanos são historicamente reconhecidos como as instituições que mais lutaram pela integração da América. O parlamento, neste momento, não seria a entidade que poderia ficar com funções menores na integração.

De outra parte, os parlamentares têm feito o máximo que podem para que a sociedade dos seus países fique informada, passo a passo, do que tem acontecido, e também têm convocado autoridades do Executivo e autoridades de outros países para discutirem essas questões em audiências públicas, realizadas aqui, no Congresso Nacional, ou nos Congressos dos outros países participantes desse mercado. E na medida do possível levam essa reflexão também aos plênários dos Parlamentos.

De modo que, diante dessa situação de pouca definição do tratado sobre o papel dos parlamentares, estamos examinando uma forma de definir melhor que papel vão ter os parlamentares na integração do MERCOSUL. O que faz sugerir, logo de primeira mão, que essa comissão parlamentar conjunta se transforme num embrião do futuro parlamento do MERCOSUL, que deverá, na sua plenitude, ter eleições diretas, provavelmente, para os seus membros e deter uma parcela de competência que seja compatível com a supranacionalidade que o tratado de construção de um mercado comum assume. São reflexões que ainda estão se desdobrando no seio dos nossos parlamentos.

Por outro lado, parlamentares dos quatro países também têm intensificado trocas de informações sobre matérias de interesse comum, como as leis de marcas e patentes e de propriedade industrial, que estão tramitando nos Parlamentos brasileiro e argentino. Nos dois outros países, Uruguai e Paraguai, essa legislação ainda não está tramitando, mas, segura-

mente, eles estão muito interessados, visto que as patentes hoje são motivo de uma das maiores pressões internacionais sobre os países em desenvolvimento.

Nós, brasileiros e argentinos, que estamos negociando esse estatuto nos nossos parlamentos, evidentemente temos enfrentado uma pressão internacional muito séria, particularmente naquilo que diz respeito ao patenteamento de microorganismos, uma parte extremamente polêmica dessa lei, já aprovada pela Câmara dos Deputados e tramitando no Senado neste momento, e que nos faz crer que, a partir dos microorganismos, se possam patentear animais e plantas. Isso, evidentemente, seria um desastre para o País que detém o maior banco de germoplasma do planeta de florestas tropicais. Seria algo que colocaria à mercê dos interesses e pressões internacionais esse patrimônio gigantesco.

Portanto, é muito intensa a troca de informações, nos nossos parlamentos, sobre as leis de interesse internacional que por eles tramitam.

Também é muito oportuno discutir e refletir um pouco sobre as consequências do MERCOSUL. O que estamos propondo para o nosso País e para os nossos países em função da opção feita pela integração do mercado? A integração do mercado vem em decorrência de uma situação internacional basicamente criada por sistemas produtivos e tecnologias avançadas, sensíveis. É um equívoco pensar que as nações estão se agrupando, derrubando suas fronteiras, intensificando suas trocas em consequência de doutrina política, principalmente liberal, como alguns pretendem. Não é, no nosso ponto de vista, por aí que as coisas estão acontecendo. Não é nenhuma doutrina político-ideológica que está por trás da formação desses grandes mercados, mas sistemas produtivos e agregados tecnológicos de extremo custo, que obrigam os países a unirem-se para dividir custos, unirem-se para buscar qualidade e, aí, manter mercados mais competitivos ao nível da economia mundial.

Por outro lado, é da natureza dessas tecnologias avançadas que, muitas vezes, um produto não se viabiliza mais dentro de um território, dado o seu alto custo. Grande parte dos produtos de tecnologia sensível precisam de inúmeros mercados para se viabilizarem economicamente, e muitos deles precisam do mercado global do planeta para se viabilizarem. E é por isso que os países estão se unificando do ponto de vista econômico e comercial e também para fazerem frente a uma intensa competitividade que hoje se estabelece no mundo.

De outra parte, estamos adotando, também, a unificação dos nossos mercados, exatamente pelas mesmas razões que outros países da Europa, da Ásia ou da América do Norte adotaram. As mesmas razões prevalecem aqui na América do Sul, e é com elas que estamos municiando e animando o processo da integração econômica. Mas, evidentemente, as consequências dessa unificação de mercados bem sucedida vai reproduzir, de certo modo, os problemas europeus, japoneses ou americanos que hoje estão acontecendo. O Primeiro Mundo está enfrentando alguns problemas de extrema complexidade e cuja gravidade é progressiva. Todo o Primeiro Mundo hoje está com problemas de desemprego. O desemprego na Europa no ano passado estava a uma taxa de 10% e deverá ficar, no final deste ano, muito próximo de 12%. O desemprego na economia americana é progressivo. O desemprego no Japão é crescente. Portanto, o desemprego já começa a definir-se como um dos problemas que acompanham o desenvolvimento dos países que utilizam tecnologias sensí-

veis e avançadas. É possível, atualmente, observar-se que certos mecanismos e padrões aplicados na economia produzem essas consequências e esse perfil, pois, além do desemprego, trazem problemas muito graves.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, de certo modo, precisamos nos antecipar às consequências de uma integração econômica que está para chegar e que promete ser muito dinâmica apenas em uma parte do nosso território e, sendo dinâmica apenas em uma parte do nosso território, vai produzir um desequilíbrio ainda maior na nossa economia nacional, como o agravamento da concentração da riqueza, já que produtividade é um elemento buscado em toda essa economia e, por sua vez, é um elemento altamente concentrador de renda e eliminador de oportunidades, porque menos pessoas fazem o trabalho por mais pessoas.

O perfil que estamos procurando traçar aqui serve mais como uma reflexão no sentido de termos cautela sobre o que pode sobrevir da integração de mercado, absolutamente fundamental para o Brasil e para os países coirmãos. Devemos estar alertas e nos prepararmos para não reproduzirmos esse perfil altamente concentrador de rendas e injusto que o Primeiro Mundo está propondo como modelo.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que queria trazer à reflexão do Senado nesta tarde. Em outras oportunidades, traremos maiores detalhes sobre essa questão, assunto que, seguramente, neste final de século, é o mais importante para o Brasil, porque vai trazer consequências duradouras para o nosso País, muito mais duradouras e profundas, talvez, do que foi o *impeachment* ou do que está sendo a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a corrupção no Orçamento que, neste momento, polariza a opinião pública brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho, por cessão do Senador Bello Parga. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na sexta-feira última tive o privilégio de encaminhar emenda de minha autoria na área da educação. Como meus nobres Colegas não ignoram, desde 1976 luto, nem sempre com êxito, para incluir-se um percentual mínimo da receita de impostos federais, estaduais e municipais para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Minha primeira tentativa foi frustrada em virtude do não comparecimento ao plenário de numerosos parlamentares, que me haviam honrado com suas assinaturas minha proposta de emenda à Carta Magna em favor da educação. Obviamente,

sofri uma tremenda decepção que, entretanto, não me impediu de, alguns anos depois, em 1983, encaminhar uma nova proposta de emenda constitucional, aumentando os percentuais que sugerira na Emenda de 1976.

Dessa vez, minha iniciativa foi vitoriosa, apesar de setores reacionários e retrógrados terem se oposto à proposta, que é, sem dúvida, de transcendental importância, já que na História da humanidade nenhum país se desenvolveu sem dar à educação a máxima prioridade.

Quando se reuniu a Assembléia Nacional Constituinte fui honrado pela escolha dos meus Pares para ser o Relator do capítulo da educação. Aproveitei essa oportunidade para incluir o artigo que determinava um novo aumento dos percentuais da receita de impostos federais e da de impostos estaduais e municipais para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Chegamos, assim, aos 18% no mínimo da receita de impostos federais e nunca menos de 25% da receita de impostos estaduais e municipais para a educação.

Também o nosso nobre Colega de Congresso Nacional, Deputado Osvaldo Coelho, conseguiu aprovação para uma emenda de sua autoria, a qual se transformou no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determinando que, dos 18% no mínimo da receita de impostos federais, pelo menos a metade de impostos federais — pelo menos a metade, portanto, 9% —, se destinará à erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental.

Infelizmente, até hoje, não foi cumprido esse artigo, que se reveste de singular e extraordinária importância, como comprovam os índices de analfabetismo no Brasil e o número de analfabetos funcionais, isto é, aqueles que não têm um curso fundamental completo com a duração de oito anos.

Essa batalha, Sr. Presidente, Srs. Senadores, continua enfrentando inúmeros obstáculos e uma incompreensão que eu diria quase generalizada. Na área das constituintes estaduais ocorreu mais compreensão, embora abrangendo poucas unidades da Federação.

Sem nenhum apelo do autor do art. 212 da Constituição cidadã, a que se referia o estadista Ulysses Guimarães, a Constituinte do Rio Grande do Sul tomou a iniciativa de aumentar o percentual de 25% sobre a receita de impostos estaduais para 35%, o que representa um aumento de 40% sobre o percentual mínimo estabelecido na Constituição Federal.

Por outro lado, outros estados da Federação não chegaram a seguir o exemplo inspirador do Rio Grande do Sul, mas propuseram e conseguiram, através das Assembléias Constituintes Estaduais, um aumento de 25% para 30%. Foram os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul, o que demonstra, fora de qualquer dúvida, que esse esforço, sendo redobrado, poderá realmente conseguir novas vitórias por ocasião da Revisão Constitucional em curso no Congresso Nacional.

O Sr. Gerson Camata — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer e muita honra, concedo o aparte ao nobre Senador Gerson Camata que, como Governador do Estado do Espírito Santo, sempre manifestou um interesse extraordinário em relação à área da Educação.

O Sr. Gerson Camata — Senador João Calmon, cumprimento V. Exª que, apesar da perseverança de quem prega no deserto, está vindo com mais uma emenda no setor da educação. Desde 1976, acompanho sua luta incansável em

favor da educação no Brasil: dos adversários invisíveis da primeira emenda até o momento em que V. Exª conseguiu a aprovação do art. 212 na nova Constituição e, após aprovado, o seu esforço para mantê-lo. Na época do Presidente Collor, quando se anunciavam ou chegavam algumas medidas aqui no Congresso propondo uma reforma fiscal, uma das iniciativas contidas no bojo daquelas mudanças, ou pelo menos do anúncio feito daquelas mudanças, era de que já se excluiria dos novos tributos os percentuais que V. Exª destinou à educação. V. Exª, então, corria ao Presidente solicitando que fosse mantido aquele percentual também desses tributos. No atual Governo, quando se começou a debater no Congresso o problema do IPMF, já se dizia que o IPMF não estaria incluído naquele percentual destinado pela Constituição à educação. V. Exª brigou nas comissões técnicas da Câmara para que fosse mantido, também sobre o IPMF, o percentual devido e previsto pela Constituição para a educação. Agora se anuncia um novo ajuste fiscal e certamente poderá ocorrer uma tentativa de se colocar de lado o processo da educação. Portanto, V. Exª se torna quase que uma presença necessária e obrigatória dentro do Congresso Nacional. Às vezes penso que se V. Exª, naquele período, não estivesse no parlamento, estivesse, por exemplo, de licença, não teríamos mais o art. 212. O art. 212 só está na Constituição porque V. Exª está aqui, porque os inimigos são invisíveis. V. Exª é capixaba, como eu, e compreenderá bem a imagem que usarei aqui. No Convento da Penha, em Vitória, naquele templo, sacrário das tradições históricas, políticas e religiosas do povo do Espírito Santo, há um quadro de Benedito Calixto que retrata a tentativa de invasão do Espírito Santo pelo holandeses, ocasião em que os holandeses, muito embora belicamente bem-aparelhados, foram derrotados pelo frágil exército dos defensores do Estado do Espírito Santo. Naquele quadro se retrata, atrás de uma nuvem, um exército que desceu do céu para defender o Convento da Penha e a capital do Estado do Espírito Santo da invasão dos infiéis holandeses. Eles, derrotados, não sabiam por que perdiam a guerra, a luta, a refrega, contra os frágeis defensores do Espírito Santo. É que eles lutavam contra um exército invisível. No caso de V. Exª, aquela mesma imagem se fixa em minha mente, só que o exército invisível está do lado do mal e V. Exª, do lado do bem. Não se sabe onde estão os inimigos, mas sempre tentam fragilizar o esforço de V. Exª, que redundou no art. 212 da Constituição, em favor da educação. De modo que, V. Exª, a cada dia, torna-se uma presença indispensável no Congresso; se V. Exª faltar no Congresso, o artigo cai. E ele é cada vez mais necessário e tem de ser mais compreendido. Li nos jornais, e V. Exª me chamou atenção para isso, que o Ministro da Educação afirmou que, do total do percentual destinado pela Emenda nº 212 para a educação, 42% já são gastos hoje para o pagamento de professores aposentados prematuramente e que, daqui a 5 anos, serão 78%. Acredito que daqui a 10 anos todos os recursos serão para as aposentadorias dos professores, e não sei o que será feito da educação no Brasil. Ao cumprimentar V. Exª, quero aduzir que, hoje, estou plenamente convicto de que o art. 212 só está na Constituição ainda porque V. Exª está aqui. Suponho até que, se no bojo de uma reforma V. Exª pedir 30 dias de licença para assuntos particulares ou se V. Exª — não desejo que lhe aconteça isto, e que Deus não queira — adoecer por quatro meses vai embora, de roldão, o art. 212. A presença física de V. Exª é que tem mantido esse artigo e garantido esses recursos. Não é tudo o que o Brasil precisa, mas já representam alguma coisa

daquilo que é necessário para o Brasil, dentro do seu processo de educação, que ainda está tão aquém daquilo que deveria estar. De modo que, ao cumprimentar V. Exª, devo dizer que se aqui no Brasil tivéssemos os Senadores *in vita*, como na Itália, ou os Senadores perpétuos, como na House of Lords na Inglaterra, V. Exª deveria ser o primeiro a ser nomeado, para que a sua luta não terminasse, não esmorecesse, porque é essencial e necessária para manter esse percentual em favor da educação. É a maneira que tenho de cumprimentar V. Exª pelo trabalho e pelo esforço diuturno que tem feito em favor da educação no Brasil.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Gerson Camata, V. Exª consegue sempre superar-se, em termos de generosidade, em relação a este seu combativo companheiro de representação no Espírito Santo, aqui, no Senado Federal. Agradeço as suas referências, realmente inflacionadas, porque tenho plena consciência de que não mereço sequer nem a metade dos créditos que V. Exª me está atribuindo.

Claro que como a modéstia é uma das características desse fulgurante e combativo político, que representa de maneira impecável o nosso Estado, aqui, na Câmara Alta, V. Exª omite que estou desempenhando mais um mandato de Senador, graças ao apoio que V. Exª decidiu emprestar à minha campanha de reeleição, num momento em que eu competia com um conterrâneo nosso, um empresário, sem dúvida nenhuma, de grande valor, que construiu um império na área dos transportes rodoviários.

A eleição se realizaria a 15 de novembro e, na segunda quinzena de setembro, V. Exª enviou-me uma carta extremamente generosa, apoiando da maneira mais entusiástica a minha candidatura, embora, inicialmente, V. Exª tivesse sido incluído numa chapa que constava esse candidato, a quem já me referi. A carta de V. Exª, que foi lida por mim várias vezes no horário gratuito de rádio e televisão, contribuiu para que eu conseguisse superar a minha desvantagem em termos de recursos financeiros, para poder enfrentar aquela batalha desigual.

Por isso mesmo, nobre Senador Gerson Camata, desejo aproveitar esta oportunidade, não apenas para agradecer o seu aparte, mas para ressaltar, mais uma vez, que continuarei até o último alento de vida, enquanto Deus me der forças, empenhado de corpo e alma, apaixonadamente, na luta em favor da educação. Estou plenamente convencido de que no Brasil, desde o tempo em que o Marquês de Pombal proibiu que os Jesuítas continuassem a ensinar, até hoje a educação nunca foi prioridade, porque setores reacionários da sociedade do nosso País não desejam que ela seja universalizada, porque sabem que povo educado é povo consciente, que sabe lutar por suas reivindicações e torná-las vitoriosas.

Mais uma vez, nobre Senador Gerson Camata, aceite o meu preito de gratidão pela ajuda, realmente decisiva, que V. Exª me garantiu na última eleição para o Senado.

O Sr. Meira Filho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer, concedo o aparte a V. Exª, meu irmão de lutas na área radiofônica, e agora no Senado, nobre Senador Meira Filho.

O Sr. Meira Filho — Estou sendo muito honrado por V. Exª ao me chamar de irmão. Realmente, nós temos, às vezes, lutado paralelamente no rádio e na televisão, onde V. Exª também obteve muitos méritos. Mas no que diz respeito ao Senador João Calmon, reconhecer os seus méritos como

um baluarte pela educação em nosso País é muito pouco, Senador, é pouquíssimo. Não vou prolongar um assunto que já foi muito bem focado pelo nosso companheiro, Senador Gerson Camata. Apenas vou dizer que penso que tem sido uma falta de educação dos governos por não lhe terem dado, até aqui, o respaldo que V. Exª merece por direito e pelo valor que representa na área congressual brasileira. V. Exª é um baluarte, é um homem que tem, denodadamente, lutado pela nossa educação. Nunca esqueço que uma vez, numa reunião da Comissão de Educação, V. Exª disse: "Há três itens essenciais para o Brasil, para resolver os nossos problemas. São eles: educação, educação e educação". Acredito — repito mais uma vez — que tem sido realmente uma falta de educação dos governos por não lhe darem o respaldo que V. Exª merece e que tanto dignifica a população brasileira. Era só isto que tinha a dizer.

O SR. JOÃO CALMON obrigado, nobre Senador que representa com tanto brilho o Distrito Federal, aqui, na Câmara Alta. Somos almas irmãs, estivemos vinculados à mesma família cívica a que também pertence o nobre Senador Gerson Camata.

O Sr. Meira Filho — Tenho a honra de dizer que V. Exª foi meu digno chefe.

O SR. JOÃO CALMON — No meu currículo, faço questão de incluir esse título: ter sido colega durante muitos anos de V. Exª na área radiofônica.

Depois dessa análise sucinta do problema extremamente grave da educação brasileira, enfatizada essa crise por uma declaração de extrema coragem, do atual titular da Pasta da Educação, Ministro Murílio Hingel, que declarou, conforme lembrou o Senador Gerson Camata, que a educação brasileira está falida e que a situação tende a piorar ainda mais.

Esse grito de alerta do atual titular da Pasta da Educação deve ser levado em consideração por todos nós, porque um outro artigo da Constituição, que não é de minha autoria, mas apresentado na Constituinte pelo nobre representante de Pernambuco, Deputado Osvaldo Coelho, determina que nos próximos dez anos, a partir da data da promulgação da atual Constituição, 50% dos recursos a que se refere o art. 212, já citado pelo nobre Senador Gerson Camata — 50% desses 18%, portanto 9% —, devem ser destinados à erradicação do analfabetismo e à universalização do ensino fundamental.

Desde a promulgação da Constituição até hoje, o Tribunal de Contas da União denuncia que foram destinados a essas duas finalidades, de importância extraordinária, apenas 4,2% da receita de impostos federais. Apesar da denúncia do Tribunal de Contas da União, nada realmente concreto foi feito para que o art. 60 das Disposições Transitórias passasse a ser cumprido.

O Deputado Osvaldo Coelho e a Associação Nacional dos Secretários da Educação encaminharam a representação ao Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, arguindo a inconstitucionalidade do Orçamento dos últimos três anos. Sem demora, o Dr. Aristides Junqueira deu um despacho magistral, acolhendo essa tese, e a representação sobiu para o Supremo Tribunal Federal. Como, na Suprema Corte, há centenas de processos esperando julgamento, quando chegou a vez da representação do Deputado Osvaldo Coelho e da Associação Nacional dos Secretários de Educação, o Ministro Relator deu o seguinte despacho, que repito aqui

mais uma vez, porque já comentei esse assunto ad nauseam numerosas vezes:

“Como já transcorreu o ano objeto dessa representação, archive-se.”

Sr. Presidente, estamos diante de um grave risco: este século pode terminar sem que o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias seja cumprido. Temos, desgrazadamente, índices vergonhosos, que sistematicamente aparecem no Anuário da UNESCO, publicado em francês, em inglês e em espanhol, exibindo uma face vergonhosa do Brasil: o desprezo pelo segmento da sociedade, constituído de crianças, que não tem poder vocal suficiente para protestar em nível nacional e, muito menos, a possibilidade de promover passeatas nas principais avenidas das cidades deste País, de dimensões continentais.

Para tentar mais uma vez, já que a teimosia não é defeito, principalmente com uma finalidade tão patriótica, apresentei, na última sexta-feira, uma emenda para ser apreciada durante a Revisão Constitucional, propondo novo aumento do percentual da receita de impostos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Peço perdão ao nobre Presidente, tão generoso em não chamar a minha atenção para o fato de o meu tempo já estar esgotado, para ler esta minha proposta de emenda ao art. 212, que tem a seguinte redação:

“A União aplicará anualmente nunca menos de 20, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 30%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

Pessoas pouco informadas podem pensar que já estou dominado por um delírio otimista, pensando em conseguir um novo aumento de receita para a educação. No entanto, não me canso de repetir que, na Constituinte Estadual do Rio Grande do Sul, o percentual foi aumentado não para 30%, como estou propondo aqui, mas para 35%. Portanto, um aumento de 40% sobre o que determina a Constituição Federal. Outros quatro Estados que já citei — Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul — já incluíram nas suas Constituições esse percentual, que inclui em minha proposta de emenda à Constituição Federal.

A justificação dessa minha iniciativa não é longa, e eu pediria permissão ao nobre Presidente, tão paciente, tão liberal, licença para lê-la.

“As graves deficiências da educação brasileira requerem o aumento dos recursos e a realocação interna das verbas, em busca de eficiência, qualidade e equidade, com base em contínuo processo de avaliação. Após amplo balanço dos desafios enfrentados pela América Latina e o Caribe ante as novas tecnologias e o competitivo ambiente internacional que se desenha, sobretudo para o século XXI, a CEPAL e a UNESCO previram um plano de melhorias, em favor da transformação produtiva com equidade, que estabelece o aumento progressivo das despesas educacionais totais de 7 para 11% do Produto Interno Bruto. Essa cifra é comparável à registrada por alguns países industrializados, porém inferior à de outros, como as Repúblicas da Coreia e da China. Caberia ao setor público financiar diretamente 2,4% do PIB para pôr em prática a estratégia proposta. O montante para os vários anos do plano equivale à metade do atual serviço anual da dívida

externa mais a metade dos gastos militares anuais para toda a região.”

Nesse contexto, o Brasil tem-se situado abaixo da média regional.

O Anuário da UNESCO sempre destaca que o Brasil está colocado em 44º lugar em dispêndios públicos com educação em relação ao Produto Nacional Bruto, o que, obviamente, nos cobre de vergonha e responde por essa situação — diria — quase desesperadora que estamos enfrentando e que me parece configurar uma iminente convulsão social.

Prossiga a leitura da minha justificação a esta emenda:

“Neste contexto, o Brasil se tem situado abaixo da média regional. No entanto, para este País cumprir os compromissos da reunião sobre educação para todos, definidos na Conferência Mundial, realizada em Jomtien, em 1990, no sentido de proporcionar escola básica com um mínimo de qualidade a toda a população que a ela tem direito, será preciso aumentar as alocações orçamentárias à taxa de 2% anuais e efetuar duras reformas para aumentar a eficiência, a fim de que no Ano 2000 não haja déficit de recursos. De outro modo, o Brasil terá, naquele ano, um déficit de 17 bilhões e 395 milhões de dólares, o maior valor para o Continente Latino-Americano.”

O Brasil ficará em último lugar em toda a América Latina. Portanto, combinando reformas para melhorar o uso dos recursos e elevando o montante disponível, seria possível, na virada do século, alcançar os objetivos firmados nesse Congresso Mundial de Educação que se realizou em Jomtien.

Apesar das necessidades apresentadas, pode parecer que as percentagens propostas sejam incompatíveis com as outras funções do Estado. Entretanto, a base de incidência é a receita líquida de impostos, um dos itens das receitas públicas, excluindo contribuições e outras fontes, que, em muitos casos, têm crescido mais do que a mencionada arrecadação definida pelo art. 212 da Lei Maior. Para se ter uma idéia de que essa proposição não peca pelo exagero, deve-se mencionar que, segundo o Balanço Geral da União, em 1992 foram dispendidos 26,6% da receita líquida de impostos. No que se refere aos Estados, conforme já salientei, a Constituição de vários deles prevê percentagens mínimas de 30 e até 35% para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Muitos outros, reconhecidamente, ultrapassam amplamente o piso estatuído pela Constituição Federal.

Desse modo, propõe-se, nesta emenda, o incremento dos recursos públicos para a Educação, a fim, de que, aliado a indispensáveis modificações com o fim de melhorar o seu aproveitamento, possam ser atendidas as urgentes necessidades do presente e do futuro próximo. Com isso, evitar-se-á se deteriorar ainda mais a situação da maioria da nossa população e a posição do Brasil no mundo, registrada, sistemática e vergonhosamente para nós, no anuário da UNESCO.

Esta justificação, nobre Presidente, Srs. Parlamentares, coincide com a dramática afirmação feita pelo atual titular da Pasta da Educação e que repito como triste desfecho deste pronunciamento: a educação brasileira está falida e a situação tende a piorar ainda mais.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Ouço, com o maior prazer, o nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador João Calmon, a Casa e a Nação já sabem que V. Exª é um missionário da educação. O importante a assinalar no discurso de V. Exª é que sua preocupação é tanto mais importante, porque educar não é apenas instruir no campo das Letras. Quando os sociólogos e os pedagogos assinalam que “educar é socializar” querem significar, sobretudo, que educar é preparar para a vida; e preparar para a vida, num País como o Brasil, que passa por crise tão grave, tem um alcance amplo e múltiplo. A missão que V. Exª prega, há longos anos, significa também que o que V. Exª pretende — e é justo que o faça — é que a sociedade brasileira, homens e mulheres, todos se preparem para reivindicar direitos e cumprir deveres. Homens e mulheres, indistintamente, de todas as classes e de todos os partidos, se preparem, educando-se, para não permitir a exploração de seus sentimentos; para não admitir, jamais, que as medidas legais se transformem em procedimentos de exibição. Quando o povo está realmente educado, faz como fez o povo francês em 1946. Quando a Assembleia Constituinte francesa, empolgada por determinados elementos políticos, votou uma Constituição, que não correspondia ao sentimento popular, submetida ao **referendum**, o povo a rejeitou. Foi necessário que a Constituinte voltasse a reunir-se para rever o texto e situá-lo no plano das aspirações comuns do povo francês. É justamente nesse sentido que a educação que V. Exª defende e prega precisa ser defendida, para que o povo se acautele contra toda a forma de exploração.

OSR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Josaphat Marinho, agradeço emocionado a magistral lição que V. Exª me dá neste momento. Realmente, a sua argumentação enriquece, de maneira extraordinária, este pronunciamento, feito numa tarde de segunda-feira, que sempre se caracterizou pela pequena presença no plenário da nossa Casa.

V. Exª, magistralmente — permita-me repetir —, apontou a consequência trágica dessa sistemática falta de prioridade para a educação, que começou há muito tempo, desde que o Marquês de Pombal proibiu que os jesuítas continuassem a ensinar, e que, ainda hoje, é a marca que tanto nos humilha e nos envergonha.

Nobre Senador Josaphat Marinho — V. Exª tem o brilho e a eloquência de um Rui Barbosa redívivo —, esse problema seria minimizado se este País, se esta Casa a que pertencemos, se a outra Casa do Poder Legislativo, Câmara dos Deputados, se todos fizéssemos um mutirão para fortalecer a Comissão Parlamentar de Inquérito criada, aqui no Senado, por iniciativa do atual titular da Pasta da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, depois de ouvir — segundo sua explicação — três pronunciamentos meus acerca de reuniões de que participei, promovidas pelo Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Tesouro Nacional — SINDIFISCO, em que importantes revelações foram feitas.

Nobre Senador Josaphat Marinho, numa hora em que este País está traumatizado com declarações de uma CPI sobre corrupção, que tem recebido extraordinária cobertura dos meios de divulgação, se conseguíssemos convencer a área de Comunicação Social a também fornecer a merecida cobertura a essa CPI, que já contribuiu com seus esforços, embora com a mínima divulgação do que já apurou — segundo confirmou o atual Diretor da Receita Federal, Dr. Osires de Azevedo

Lópes, já houve um aumento na arrecadação da ordem de quase 25%, um aumento ainda muito modesto — os dados revelados inicialmente por mim neste Plenário e utilizados na justificação do pedido do eminente Senador Fernando Henrique Cardoso para a instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito deveriam provocar um traumatismo nacional.

Vou repetir — pela décima vez, no mínimo — o que esse Congresso Nacional de Auditores Fiscais do Tesouro proclamou em duas reuniões, uma realizada em São Paulo e outra, em Belo Horizonte, para as quais fui convidado a participar e transmitir também uma mensagem.

Em São Paulo, que, se não fosse Unidade da Federação brasileira, poderia ser considerado um país desenvolvido, a sonegação de impostos municipais, estaduais e federais é um pouco superior ao Orçamento Geral da República Federativa do Brasil.

Se não houvesse uma sonegação de dimensões quase siderais, o Brasil não teria mais nenhum problema na área da educação ou da saúde e teríamos já dado um passo significativo para uma distribuição mais justa, mais humana e mais equitativa da renda nacional, que está, revoltantemente, concentrada nas mãos de uma ínfima minoria de privilegiados.

O Sr. Josaphat Marinho — Senador João Calmon, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com muita honra, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador, as observações últimas de V. Exª, confirmando a ponderação já feita pelo nobre Ministro da Educação, reafirmam o que temos muito comentado nesta Casa: não há prioridades estabelecidas para a ação do Poder Público no País. Se prioridades ocorressem traduzidas em planos de ação, a educação e a saúde estariam nos primeiros lugares. Como não há, cada qual faz o que quer e como quer, e as atividades principais do Estado chegam a essa situação de falência a que se referiu o Sr. Ministro da Educação.

OSR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Josaphat Marinho, V. Exª mencionou e, não pela primeira vez, a sua preocupação em relação à educação e à saúde. Permita-me, então, nobre representante da gloriosa Bahia neste Senado Federal, lembrar um depoimento do então Ministro da Saúde, Professor Adib Jatene, junto à Comissão de Assuntos Sociais da nossa Casa, o Senado Federal.

O Ministro Adib Jatene declarou que hospital, neste País, é um tema de interesse dos empreiteiros de obras públicas. Pode parecer uma declaração estranha, pelo menos à primeira vista. Entretanto, o Professor Adib Jatene explicou mais detalhadamente a sua tese: os empreiteiros — citou numerosas empresas — na hora da elaboração das plantas de hospitais, superdimensionam as áreas a serem construídas, porque, obviamente, uma área muito maior lhes garante lucros também muito mais vultosos. O Ministro Adib Jatene se queixava da indigência que enfrentava, rotineiramente, na Pasta da Saúde para manter um razoável serviço de assistência médica, para permitir que os hospitais brasileiros ostentassem, pelo menos, um nível razoável de atendimento.

A melhor ilustração da tese do eminente Professor Adib Jatene está na Ilha do Governador, naquele imenso edifício que levou muitos anos — creio que mais de duas décadas — para começar a ser utilizado e, assim mesmo, em escala pouco satisfatória.

Compartilho inteiramente do ponto de vista de V. Exª, cujo aparte encaro como uma lição que vai realmente tornar este meu pronunciamento mais importante.

O Sr. Josaphat Marinho — Senador João Calmon, foi apenas um pequeno acréscimo a tudo de bom que V. Exª está desenvolvendo.

O SR. JOÃO CALMON — V. Exª é extremamente modesto e bate recordes de generosidade com este Senador, que se orgulha muito das suas raízes baianas, já que o meu avô nasceu em Santo Amaro da Purificação, na gloriosa terra de Rui Barbosa e de Josaphat Marinho.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não posso deixar de, antes de encerrar este pronunciamento, repetir o provérbio: "Deus escreve certo por linhas tortas." Só graças à clássica pequena frequência nas nossas sessões ordinárias das tardes de segunda-feira, foi possível, com a anuência inexcusável de V. Exª, Sr. Presidente, fazer este pronunciamento aqui no plenário, focalizando a situação trágica da educação em nosso País, que se reflete em documentos da entidade da Organização das Nações Unidas que cuida de problemas de educação e de cultura.

Fica aqui o registro desta emenda que apresentei sexta-feira última, para ser apreciada ao longo da Revisão Constitucional. Espero, com a graça de Deus e com o apoio da nossa Casa — este Senado glorioso, de Rui Barbosa, de Josaphat Marinho e de tantos luminares da vida pública do nosso País — e no âmbito, também, da Câmara dos Deputados, continuarmos num esforço indormido, para alcançarmos a máxima prioridade para a educação, porque só seguindo essa linha, teremos neste País, num futuro não muito remoto, uma renda distribuída de maneira mais justa e mais humana.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Calmon, o Sr. Lourival Baptista deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 379, de 30 de novembro de 1993, que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.

De acordo com as indicações das lideranças e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º, da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

TITULARES	SENADORES	SUPLENTE
1. César Dias	PMDB	1. Wilson Martins
2. Márcio Lacerda		2. Amir Lando
3. Lourival Baptista	PFL	3. Dario Pereira
4. Lucídio Portella	PPR	4. Affonso Camargo
5. Mário Covas	PSDB	5. Almir Gabriel
6. Aureo Mello	PRN	6. Ney Maranhão
7. Nelson Wedekin	PDT	7. Magno Bacelar

TITULARES	DEPUTADOS	SUPLENTE
1. Jofran Frejat	BLOCO	1. Mauro Fecury
2. Ivanio Guerra		2. José Aldo
3. Euler Ribeiro		3. Eliel Rodrigues
4. Heitor Franco	PPR	4. Chafic Farhat
5. Antônio Faleiros	PSDB	5. Clóvis Assis
6. Jamil Haddad	PSB	6. Álvaro Ribeiro
7. Aldo Rebelo	PC do B	7. Sérgio Miranda

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 06/12 - Designação da Comissão Mista;

Dia 06/12 - Instalação da Comissão Mista;

Até 06/12 - Prazo para o recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 16/12 - Prazo final da Comissão Mista;

Até 31/12 - Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 380, de 01 de dezembro de 1993, que altera a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991 e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

TITULARES	SENADORES	SUPLENTE
1. Alfredo Campos	PMDB	1. José Fogaça
2. Gilberto Miranda		2. Onofre Quinan
3. Álvaro Pacheco	PFL	3. Odacir Soares
4. Esperidião Amin	PPR	4. Epitácio Cafeteira
5. Almir Gabriel	PSDB	5. José Richa
6. Pedro Teixeira	PP	6. Meira Filho
7. Jonas Pinheiro	PTB	7. Marluce Pinto

TITULARES	DEPUTADOS	SUPLENTE
1. Manoel Castro	BLOCO	1. José Falcão
2. Carlos Kaith		2. Félix Mendonça
3. Maurílio Ferreira Lima	PMDB	3. Gonzaga Mota
4. José Maria Eymael	PPR	4. Paulo Mandarino
5. Sérgio Gaudenzi	PSDB	5. Munhoz da Rocha
6. Onaíreves Moura	PSD	6. Edison Fidelis
7. Sérgio Arouca	PPS	7. Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 06/12 - Designação da Comissão Mista;

Dia 06/12 - Instalação da Comissão Mista;

Até 07/12 - Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 17/12 - Prazo final da Comissão Mista;

Até 01/01/94 - Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O projeto será remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

C.SA 150/93

Brasília, 3 de dezembro de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Em substituição, na condição de líder em exercício do PPS na Câmara dos Deputados, venho indicar o nome do Deputado Augusto Carvalho para titular da Comissão Mista do Congresso Nacional que irá examinar a Medida Provisória nº 375/93. Assim, para o cargo de suplente da mesma Comissão, indico o nome do Deputado Sérgio Arouca.

Aproveito a oportunidade para renovar os meus votos de estima e consideração.

Respeitosamente, — Deputado Sérgio Arouca, Líder em exercício do PPS na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 1993

Prorroga o prazo estabelecido pela Lei nº 8.396, de 2-1-92.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica prorrogado, até 6 de janeiro de 1995, o prazo fixado no § 6º do art. 2º do Decreto-Lei nº 2.452, de

29 de julho de 1988, introduzido pela Lei nº 8.396, de 2 de janeiro de 1992.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

De minha iniciativa, o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1991, foi transformado na Lei nº 8.396, que fixou o prazo de 24 meses, a partir de sua publicação — ocorrida a 6 de janeiro de 1992 —, para que as ZPE já aprovadas iniciassem as obras de infra-estrutura.

O Conselho Interministerial encarregado da administração do programa das ZPE somente em abril último foi reativado e o diploma legal acima referido regulamentado em junho do corrente ano. Dessa forma, até aqui, apenas seis meses tiveram os estados para a efetiva instalação de suas ZPE, sem que lhe coubesse qualquer responsabilidade no atraso de suas obras. Portanto, faz-se necessário que se prorogue o prazo anteriormente estabelecido para instalação das ZPE já aprovadas.

Sala das Sessões, em 6 de dezembro de 1993. — Senador **Marco Maciel**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.396,

DE 2 DE JANEIRO DE 1992

Altera o Decreto-Lei nº 2.452⁽¹⁾, de 29 de julho de 1988, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das zonas de Processamento de Exportações, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 1º, 2º, 5º, 7º, 11 e 12 do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, nas regiões menos desenvolvidas, Zonas de Processamento de Exportações — ZPE, sujeitas ao regime jurídico instituído por esta Lei, com a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais, bem como fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

As ZPE caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados exclusivamente no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito e controle aduaneiro.

Art. 2º A criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente.

§ 5º A concessão de ZPE caducará se no prazo de doze meses, contados da autorização, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de infra-estrutura de acordo com o cronograma previsto no projeto de instalação.

§ 6º Em se tratando de ZPE já aprovada, o prazo de que trata o parágrafo anterior será de vinte e quatro meses, a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 5º É vedada a instalação em ZPE de empresas cujos projetos evidenciem a simples transferência de plantas industriais já instaladas no País.

Art. 7º O ato que autorizar a instalação de empresas em ZPE assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até vinte anos.

Parágrafo único. O tratamento assegurado poderá ser estendido, sucessivamente, por períodos iguais ao originalmente concedido, nos casos em que a empresa tenha atingido os objetivos, respeitados os requisitos e condições estabelecidas na autorização, e a continuação do empreendimento garanta manutenção de benefícios iguais ou superiores para economia do País.

Art. 11. A empresa instalada em ZPE terá o seguinte tratamento tributário em relação ao Imposto sobre a Renda:

?? om relação aos lucros auferidos, observar-se-á o disposto na legislação aplicável às demais pessoas jurídicas domiciliadas no País, vigente na data em que for firmado o compromisso de que trata o § 2º do artigo 6º deste Decreto-Lei, ressalvado tratamento legal mais favorável instituído posteriormente;

II??senção do imposto incidente sobre as remessas e os pagamentos realizados, a qualquer título, a residentes e domiciliados no exterior.

§ 1º Para fins de apuração do lucro tributável, a empresa não poderá computar, como custo ou encargo, a depreciação de bens adquiridos no mercado externo.

§ 2º O tratamento tributário previsto neste artigo poderá ser garantido, no caso de prorrogação do prazo de autorização de funcionamento, desde que a empresa se comprometa a elevar os gastos mínimos no País (alínea c do § 2º do artigo 6º, conforme dispuser o regulamento).

Art. 12. As importações e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE estarão sujeitas ao seguinte tratamento administrativo:

???erá dispensada a obtenção de licença ou autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei:

§ 1º

b)sujeitos a regime de cotas aplicáveis às exportações do País, vigentes na data de aprovação do projeto, ou que venha a ser instituído posteriormente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a alínea d do artigo 6º, o artigo 19 caput, e §§ 1º e 2º e o artigo 20 do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988. — **FERNANDO COLLOR**, Presidente da República. — **Marcílio Marques Moreira** — **Simá Freitas de Medeiros**.

(À Comissão de Assuntos Econômico — decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O Projeto será remetido Comissão competente.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 1.378, DE 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena,

Com fundamento no disposto na alínea "a" do inciso II, do art. 215, do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a Vossa Excelência a transcrição, nos anais desta Casa, do artigo do Jornalista Márcio Moreira Alves, publicado no jornal *O Globo*, de 1-12-93, intitulado "Uma década sem Teotônio".

Justificação

Dez anos já se passaram, no turbilhão de nossa vida política, sem que nos apercebêssemos de quão rápido o tempo de esvaiou, na saudade imorredoura que nos legou a morte de Teotônio Vilela.

Precisamente no dia 27 d'4e novembro completou-se o primeiro decênio sem a presença marcante entre nós. E a data quase passa despercebida, não fossem pequenas lembranças isoladas.

Mas Teotônio nunca foi esquecido e jamais o será. Em 15 de outubro deste ano, submeti a esta Casa Projeto de Resolução, que tomou o nº 96, de 1993, dispondo sobre a publicação dos Perfis Parlamentares dos ex-Senadores a ser homenageado, o nome de Teotônio Vilela. Designando Relator do Projeto, o nobre Senador Nabor Júnior, em seu Parecer, não só apoiou a iniciativa como tratou de aperfeiçoá-la com a proposição de três emendas, destacando-se dentre elas a que introduz, a par de outras disposições, que o primeiro homenageado seja o ex-Senador Teotônio Vilela.

A homenagem que lhe presta Márcio Moreira Alves, nas páginas de *O Globo* merece imortalizar-se nos anais desta Casa, pelo que proponho sua transcrição. Será interessante que possamos homenagear Teotônio no 11º ano de sua morte, com a publicação de seu Perfil Parlamentar.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 1993. — Senador **Pedro Simon**.

(À Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento de que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.379, DE 1993

Requiro, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerado como licença autorizada o período de 19 a 26 de novembro de 1993, quando estive ausente dos trabalhos da Casa, por motivos de saúde, conforme atestado médico em anexo.

Sala das Sessões, em 6 de dezembro de 1993. — Senador **Carlos De'Carli**.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Fica concedida a licença solicita.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 1.380, DE 1993

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art 13, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como licença minha ausência dos trabalhos desta Casa, no dia 3 do corrente m[s], quando estarei participando de Mesa Redonda na Universidade Federal de Santa Catarina, sobre o tema: "Parlamento, Sociedade Civil e Cidadania".

Sala das Sessões, 2 de Dezembro de 1993. — Senador **Espiridião Amin**.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 1.381, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos do art 13, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam considerados como licença autorizada os dias 1º, 3, 5, 8, 12, 19, 22, 26 e 29 de novembro de 1993, quando estive afastado dos trabalhos da Casa.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 1993. — Senador **Levy Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.382, DE 1993

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do ARTigo 13, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como licença minha ausência dos trabalhos desta Casa, no dia 6 do corrente mês, quando estarei participando do "Simpósio Sobre o Plano Metropolitano", no Instituto Catarinense de Estudos e Pesquisas Integradas, em Florianópolis.

Sala das Sessões 2 de Dezembro de 1993. — Senador **Espiridião Amin**.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Fica concedida a licença solicitada.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS (PMDB — RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, está comemorando, com a grande maioria do Congresso e do povo norte-americanos, a aprovação do NAFTA — **North American Free Trade Agreement**, ou seja, do acordo para o livre comércio norte-americano, que terá validade de 15 anos e reúne os Estados Unidos, o Canadá e o México.

São fundadas as razões para que entre eles haja comemoração.

E nós? E o Brasil? E, dentro do Brasil, a região potencialmente mais rica do mundo, que tem, porém, enormes dificuldades até para que seu povo utilize corretamente essas riquezas, que é a Amazônia? Como estamos? Como ficamos? O que faremos?

O Sul, rico, moderno, avançado — nada contra o Sul, pelo contrário, por ele uma grande admiração —, tem à frente o MERCOSUL, que integrará o Brasil, o Uruguai, a Argentina e aumentará ainda mais as possibilidades de progresso, desenvolvimento, bem-estar dos habitantes do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, onde estão concentradas nossas principais indústrias.

Viva o mundo que se moderniza e avança, em suas relações, de modo integrado: a Europa em sua comunidade econômica unificada; os países da América do Norte, livremente unidos pelo NAFTA, que poderá estender-se aos países da América Central; vivam, afinal, os países da América do Sul, os países do Sul.

E nós, da Amazônia? Estamos condenados ao atraso, à precariedade das condições de vida, ao desalento?

Nós, da Amazônia, desejamos o MERCONORTE, a possibilidade de ter um comércio livre, reunindo o Norte do Brasil, as Guianas, a Venezuela, a Colômbia e o Peru. Por que não? Ou lutarmos para ser, também, incorporados ao NAFTA, para nos beneficiarmos dos ventos promissores que são produzidos pela vontade firme e decisiva dos governantes, do Congresso e do povo dos países da América do Norte.

Sr. Presidente, farei sempre pequenos pronunciamentos aqui no plenário do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. César Dias, o Sr. Dirceu Carneiro deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Meira Filho.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, quantas vezes já ouvimos aqui, neste plenário, as queixas indignadas de tantos que, como nós, se preocupam com a situação em que vive o povo, principalmente o povo assalariado, maioria esmagadora dos cidadãos deste País.

Quantas vezes ainda teremos que retomar este mesmo assunto, para denunciar daqui o sacrifício da classe média nacional, vítima da corrosão salarial gerada pela inflação?

Por quanto tempo ainda os assalariados no Brasil continuarão pagando a conta de todos os milagres operados em nossa economia, como se fossem eles os responsáveis por tais artes mágicas ou como se fossem eles os beneficiários das decisões políticas tomadas?

Na realidade, os assalariados têm sido seguidamente as principais vítimas de um processo perverso que lhes corrói o poder de compra dos salários, em tal velocidade que, somente entre agosto de 92 e julho de 93, eles perderam mais da metade do poder de compra de seus salários, cinquenta e cinco por cento, para ser mais preciso.

Nesse processo, consegue-se neutralizar até mesmo os aumentos reais alcançados por algumas categorias mais bem organizadas.

Outras categorias com menor poder de fogo no embate sindical, como, por exemplo, os funcionários públicos, são sacrificadas sem piedade.

Hoje a opinião pública internacional nos pergunta, ou pergunta ao nosso Ministro da Fazenda, como é possível a um país conviver com uma inflação de mais de mil por cento ao ano, em uma economia em tempos de paz?

Hoje o cidadão brasileiro se pergunta como é possível a um país, em tempos de paz, aceitar conviver com uma inflação de mais de mil por cento ao ano, que corrói os salários de quem só tem essa fonte de renda e só beneficia os que dispõem de capital para investir na ciranda financeira, que gira à incrível velocidade de quarenta, cinquenta ou até sessenta por cento ao mês.

Talvez devêssemos dirigir nossas indagações aos bem-sucedidos banqueiros nacionais, esses sim, vivendo e convivendo magnificamente bem com esta inflação de tempos de guerra, neste país em tempos de paz.

Tempos de paz, apesar de alguns sinais de guerra que se acumulam perigosamente em alguns pontos do País, como as praias da zona sul do Rio de Janeiro. Ainda assim, os tempos são de paz e não poderiam jamais explicar esta inflação de tempos de guerra. E isto é até irônico para um país que tem despesas militares bem modestas para o seu tamanho e sua importância estratégica.

Como se explica, então, esse enigma sem o recurso à perversidade de alguns milagres de que a classe média tem sido vítima, sem o recurso às fórmulas milagrosas, aos choques e pacotes que os especuladores relançam a cada semana, na sua já tradicional onda de boatos das quintas-feiras? E a perversidade desses procedimentos está na certeza de que esta conta jamais será paga pelos banqueiros nem pelos investidores, essa conta continuará sendo paga pelos assalariados, esses mesmos que já se habituaram a ver os seus rendimentos serem devorados pela mesma ciranda inflacionária que enriquece os nossos bancos.

É triste reconhecer que, neste novo milagre brasileiro, em que a economia cresce apesar da inflação galopante, são os assalariados que pagam a conta.

É no mínimo constrangedor ter que reconhecer que é assim que se explica a mágica inocente que continua carregando os recursos da nação para os bolsos da mesma minoria de sempre, e apresentando a conta a pagar aos mesmos assalariados de sempre.

E isso é muito preocupante!

Preocupação que se justifica, pois é esse contingente de assalariados que abastece os cofres do Governo com o pagamento dos impostos que outras categorias sonegam. São os assalariados os que respondem pelo consumo de bens e serviços dos quais está alijada a parte miserável dos mais de trinta milhões de famintos, que apenas sobrevive: não consome, não produz, não participa.

É esse contingente de pessoas assalariadas que impulsiona o mistério dessa economia que vê a sua indústria crescer mais de dez por cento, apesar dos mais de mil por cento de inflação anual.

Índices inflacionários de um país em guerra !

Isso ocorre, ainda que o nosso Orçamento preveja despesas militares em níveis de tal modo pacifistas que, há pouco, para fazer-se uma simples manobra de treinamento na região Norte, como demonstração de força perante os que deitam olhos crescidos sobre a nossa floresta, gastamos uma parcela considerável do orçamento militar para este ano.

O nosso orçamento militar se comporta segundo padrões suíços, mas a nossa inflação funciona segundo padrões iugoslavos, ou, melhor dizendo, bósnios.

Não são, portanto, os gastos militares que explicam a insensatez inflacionária em que vivemos, nem justificam a pressão perversa sobre os salários da classe média nacional.

Segundo dados do DIEESE, o poder aquisitivo dos salários de noventa e seis por cento das categorias profissionais, pesquisado em setembro deste ano, foi reduzido, em julho, a menos de setenta por cento daquilo que era pago em março de 1990.

Isso é inadmissível e precisa ser coibido imediatamente.

O País não pode suportar por mais tempo essa convivência dolorosa com índices superinflacionários, pois, nesse processo, corremos o risco de permitir que, junto com o poder de compra dos salários da classe média nacional, sejam corroídas também a paciência, a boa vontade e a esperança que ainda nos alimentam com o sonho de um Brasil mais próspero e mais justo, para todos os brasileiros.

Não é possível compactuarmos mais com esse modelo que sacrifica o assalariado e enriquece os bancos, cujos balanços, não por acaso, ostentam orgulhosamente índices de causar inveja e de povoar os sonhos de todos os banqueiros do mundo.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Márcio Lacerda.

O SR. MÁRCIO LACERDA (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, realizou-se, de 18 a 23 de outubro, em Otawa, Canadá, a Conferência Parlamentar Norte-Sul, na qual tive a subida honra de representar, em caráter oficial, o Senado Federal brasileiro.

Discutir as relações Norte-Sul na nossa contemporaneidade, época que vem se caracterizando pelo advento de transformações rápidas e inusitadas, é condição imprescindível para definir novos pactos de cooperação mútua que atendam à promoção do crescimento dos países e do desenvolvimento de suas gentes.

O novo contexto mundial resultante das grandes mudanças operadas nos diferentes setores das sociedades deve constituir o cenário no qual as relações internacionais merecem ser analisadas e a partir do qual se devem projetar as orientações e iniciativas de uma agenda desenvolvimentista.

Não são apenas as recentes mudanças ocorridas na divisão Leste-Oeste e suas conseqüências de longo alcance que marcam o momento histórico atual. Há outras mudanças de grande impacto ocorrendo no mundo, no plano político, econômico e social.

As economias dos países industrializados estão experimentando períodos de freagem de seu crescimento, quando não de autêntica estagnação, enquanto várias regiões do mundo em desenvolvimento começam a despontar como promissores pólos de crescimento. A regionalização da economia está desenhando um novo perfil para as transações de mercado, com a formação de grandes blocos econômicos e comerciais, de que são exemplos a Comunidade Econômica Europeia, o Nafta e o Mercosul.

A desagregação política e administrativa de países do bloco comunista altera a geopolítica do globo e suscita crises internas pela disputa de limites geográficos, pelo controle de poder político e pela posse de aparato militar.

As conquistas de novas tecnologias diluem a força das fronteiras nacionais e forçam os países a buscar atividades transnacionais.

No plano ecológico, as graves ofensas ao meio ambiente põem em questão a manutenção de um processo de desenvol-

vimento que insiste em ignorar a preservabilidade das condições de vida no planeta.

Estas são algumas das mudanças a que vimos assistindo no desenrolar de nosso presente. Elas nos incitam a tomar nova postura, novas perspectivas, novas ações de busca do desenvolvimento harmônico das nações e de seus povos.

É este quadro, levemente esboçado nessas linhas introdutórias, Sr. Presidente, que faz com que as discussões, negociações, acordos e pactos sobre as relações internacionais assumam relevância num mundo em constante transformação.

E os parlamentares, que integram o poder legiferante de cada país, devem estar em sintonia com essas mudanças, para que ajudem a construir um corpo de leis favorável à consecução rápida e eficaz do crescimento e do desenvolvimento.

Quanto a esse ponto, inclusive, a própria Conferência Parlamentar Norte-Sul conclamou todos os seus participantes a levar aos seus respectivos parlamentos, como parte da tarefa de fornecer o máximo de divulgação e dar publicidade plena ao evento, as recomendações acordadas na Conferência.

Atendendo a esse apelo, passo, portanto, a destacar algumas das recomendações constantes do documento final da Conferência, sem prejuízo, no entanto, do acesso dos parlamentares do Congresso ao texto integral do documento, para o que solicito, à Presidência da Mesa, a transcrição do documento integral nos Anais desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a consciência de que a característica maior da divisão Norte-Sul se assenta na extensão da pobreza que incide diferentemente sobre os países desenvolvidos e sobre os países em desenvolvimento, com particular incidência nos povos da África e da América Latina, fez com que a erradicação da miséria e da pobreza absolutas constituísse a grande prioridade da agenda desenvolvimentista.

Embora se saiba estar a eliminação dos bolsões de miséria na dependência direta do equacionamento de problemas vinculados às economias domésticas e à gestão dos recursos públicos de cada país, a comunidade internacional deve estabelecer compromissos firmes e ações resolutas na direção da erradicação da pobreza mundial.

Foi ponto acordado na Conferência que o esforço de alcançar o desenvolvimento auto-sustentável requer a integração do desenvolvimento humano como elemento determinante das novas políticas desenvolvimentistas, com ênfase nos investimentos em educação e saúde, no aperfeiçoamento das justiça econômica e social, e com obediência precípua aos direitos humanos.

Reconheceu a Conferência que o progresso auto-sustentado da maior parte dos países em desenvolvimento não foi suficientemente amparado pelas agências doadoras de recursos, tanto bilaterais quanto multilaterais. Estas, em muitos casos, contribuíram para o agravamento da situação econômica e social desses países, que promoveram ajustes estruturais com base em diagnósticos incorretos e sofreram o impacto da redução e eliminação dos recursos de longo prazo.

Em vista dessa percepção, a Conferência conclama as agências doadoras de recursos a rever e reavaliar suas ações, substituindo-as por políticas mais favoráveis e adequadas ao desenvolvimento auto-sustentável do Sul. Tais políticas deverão contemplar acordos comerciais multilaterais e eqüitativos, fluxos financeiros previsíveis e substanciais, tanto públicos quanto privados, e um grau elevado de concessões e preferências pelos países mais pobres. Além disso, é recomendável

que os processos de tomada de decisão relativos à economia mundial sejam mais democratizados, permitindo a participação dos países envolvidos em decisões que afetam seu futuro.

No que toca ao processo de criação de oportunidades comerciais, a Conferência conclama todos os governos parceiros de acordos de comércio a encetarem uma luta decisiva contra políticas protecionistas e barreiras comerciais, as quais demonstraram trazer mais problemas do que ajudar a resolver os existentes.

Por ver na expansão comercial um fator de peso para a geração de novos empregos, meio inclusive de se promover uma melhor distribuição dos benefícios do crescimento econômico a um contingente maior da população, a Conferência faz veemente apelo para que sejam removidas as barreiras não-tarifárias, tais como: restrições voluntárias às exportações, subsídios às exportações, impostos e outras medidas restritivas ao comércio internacional, que revelaram grande crescimento nas duas últimas décadas.

As barreiras não-tarifárias têm funcionado como fator restritivo da expansão das exportações de manufaturados do Sul, prejudicando setores — de que é exemplo a indústria de têxteis e confecções dos países em desenvolvimento — que poderiam oferecer significativas vantagens comparativas.

O comércio de produtos primários, sacrificado por contínuos acordos internacionais ineficazes, necessita ser revisto para assegurar preços remunerativos para os países em desenvolvimento, muitos dos quais têm nos produtos primários importante fonte de divisas.

Ainda na esfera das relações comerciais internacionais, a Conferência conclama todos os Estados a concluir a Rodada Uruguai das Negociações Multilaterais de Comércio, até o final de 1993, ratificando o estabelecimento da Organização de Comércio Multilateral, como forma de assegurar aos países em desenvolvimento tratamento especial e diferenciado no sistema de comércio mundial.

Passando-se, agora, à questão dos fluxos financeiros e endividamento externo, a Conferência Parlamentar Norte-Sul reconhece a necessidade de os países do Sul terem fluxos financeiros ampliados e previsíveis dos países do Norte e das instituições multilaterais. Encontrar novas soluções para o problema da dívida dos países em desenvolvimento é uma das tarefas mais urgentes que se coloca, hoje, para a comunidade internacional.

O compromisso de transferir 0,7% do PNB dos países desenvolvidos para o alívio da pobreza absoluta e para o estímulo dos padrões sustentáveis de desenvolvimento foi visto como obrigação internacional para a gestão da economia mundial.

A Conferência defendeu ainda, a par das reduções significativas na dívida, negociadas por alguns países através do Clube de Paris, generosos cancelamentos da dívida oficial dos países em desenvolvimento mais pobres. O perdão da dívida constitui, para esses países, o caminho mais seguro para aliviar suas aflições financeiras.

Recomendou a Conferência que os recursos da Assistência Oficial ao Desenvolvimento — ODA, sejam alocados em montantes cada vez maiores para o desenvolvimento de recursos humanos, para melhoria da saúde e educação e para a conservação do meio ambiente. Os governos dos países receptores de recursos devem criar estruturas institucionais apropriadas para o encaminhamento da assistência aos pobres. Por seu lado, os países doadores devem se comprometer com o desembolso de parcelas crescentes dos recursos por meio

de canais multilaterais, empenhando-se não só na manutenção, mas na efetiva ampliação e expansão da oferta dos recursos da Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

Com essas recomendações que acabo de alinhar no meu pronunciamento, procurei trazer a esse Parlamento uma pequena súmula das recomendações acordadas na Conferência, referentes a dois grandes blocos de ações necessárias: as pertinentes aos governos dos países em desenvolvimento e dos desenvolvidos, e as pertinentes à reforma das instituições e dos regimes multilaterais.

Como vêem os Senhores, a tarefa é grandiosa.

Cabe agora aos governos nacionais, aos seus parlamentos, a todas as instituições nacionais e internacionais envolvidas no propósito de promover o desenvolvimento no mundo, fazer progredir as ações objetivas e concretas para a consecução da meta que foi considerada prioritária na agenda do progresso: a erradicação de todos os bolsões de miséria e pobreza que assolam a população da Terra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
MÁRCIO LACERDA EM SEU DISCURSO:*

DRAFT FINAL DOCUMENT

Presented by the Drafting Committee
Rapporteur: Mr. M.S. Aiyar (India)

NORTH-SOUTH RELATIONS IN A CHANGING CONTEXT

1. North-South relations have to be seen in the new global context resulting from the end of the great divide between East and West and its far-reaching consequences. There are also other political, economic and social changes of fundamental importance taking place in the world. Industrial countries are losing some of their economic dynamism and are confronted with serious problems of growth and unemployment, while several regions in the developing world constitute the emerging growth poles for the future. Rapid technological change is diminishing the importance of national frontiers, and transnational activities are increasing in importance. The world over, there are manifestations of grave environmental degradation, calling into question the sustainability of the growth process worldwide. All this points to the need for new development compacts, both between developed and developing countries as also between developing countries themselves, for the effective promotion of long-term sustainable growth and development.

2. While there are pockets of affluence within the developing world, and pockets of deprivations in the developed world, it's the depth, degree and spread of poverty that characterize the North-South divide. Large numbers of the world's population live in poverty. The problems of Africa are particularly acute. Poverty is a serious cause of political instability within and between countries. Eradication of absolute poverty requires the highest commitment and action from the international community. The eradication of absolute poverty is closely inter-related to the solution of problems of famine, food security, rapid population growth, high mortality and morbidity, illiteracy and environmental degradation. Together, these should constitute priority items of the development agenda.

3. The trend towards the globalization of production in many crucial sectors has led to radically new scenarios of international trade and finance and of technology and human resources transfer. Large corporate enterprises are emer-

ging which are only nominally accredited to a home base and are really more in the nature of cosmopolitan and international institutions. International operations of these enterprises are, however, important for developing and developed countries, especially with regard to their impact on production, employment, living standards and the environment. More inter-country activities than ever before are being undertaken through intra-firm and other non-arms-length forms of trading. These relationships need to be better known to governments in the North and in the South. There is an urgent need for development of greater transparency in all economic transactions, particularly those between nations. The Conference urges that UN system agencies and others should focus on this problem to obtain a clearer understanding and transparency of transnational operations, especially the implications for developing countries in their pursuit of economic growth and social welfare.

4. Increasing differentiation has made the North and South less homogeneous groups than they were two to three decades ago. Differentiation in approaches should therefore be an important element when developing relationships between North and South. In the South are countries whose incomes are, to a great degree, comparable with some countries in the North. They have manufacturing and technological capacities, some of which are as sophisticated as those of the North. There is, therefore, a new capacity in the South which can facilitate its economic development, and more intensive forms of co-operation among countries of the region should be highly productive. The phenomenon of increasing disparities between and within groups, including income differentials and regional imbalances, should be brought into the area of North-South policy making.

5. The recent transformation in former centrally planned economies has modified the global political and economic environment for development. It is urgent to facilitate the integration of these economies into the mainstream world economy and significant benefits could accrue, over the medium term, through such a process of integration. There could be immediate problems of absorption of these economies in the trading and financial systems of market economy countries, but that these will be only of short-term duration if countries in transition can effectively transform their economic and social structures. Trading opportunities and financial and technical facilities should be provided to these economies in transition by developed countries and also by developing countries with the capacity to do so. These economies should be brought in as partners to the development dialogue of North and South.

NEW PERSPECTIVES ON DEVELOPMENT

6. There is an urgent need for new policies in the pursuit of sustainable development. Human development must be considered an integral element and crucial determinant of economic development. Economic efficiency can only be sustained by establishing democratic structures, improving social and economic justice and ensuring respect for human rights. Most importantly, gender equality is at the core of ensuring equity in the distribution of the benefits of growth. Human development demands that urgent attention be paid to investments in health and education, and to ensuring basic education and primary health care. Sustainable development requires that economic growth be pursued without endangering the natural environment. No one factor can be seen in isolation in an increasingly interdependent world and integrated ap-

proaches are therefore needed to address global and national issues. All this requires appropriate domestic policies backed by effective measures of international co-operation that facilitate human development.

7. The Conference viewed with concern that the policies urged upon most developing countries by donor agencies, both bilateral and multilateral, have in many cases aggravated their economic and social circumstances, without leading to sustainable progress. Structural adjustment undertaken in these countries has not enabled them to embark on the process of sustainable economic development. Policies of structural adjustment in those countries have suffered from incorrect diagnoses, neglect of issues of sustainable development, their impact on the poor due to under-funding and withholding of predicted resources over the longer term, and from a disregard of long-term prospects of economic growth. The Conference urged donor agencies to review and reassess these policies, and to substitute in their place more relevant approaches to sustainable development.

8. It's clear that a congenial and enabling external environment is an essential precondition for sustainable development of the South. While developing countries are responsible for ensuring that their domestic policy is development-friendly, it's the task of the international community to create an external environment which is supportive of development. Innovative mechanisms, such as the development compacts referred to in paragraph 1 and 18, need to be expeditiously elaborated. Equitable multilateral arrangements for trade, predictable and substantial financial flows, both official and private, and a high degree of concessionality and preference for poorer developing countries are essential ingredients of an external environment supportive of development. Above all, decision-making processes for the world economy need to be democratized by the full involvement of all countries in decisions affecting their future.

TRADE

9. By providing greater opportunities for trade, the North can offer to the South a crucially important form of assistance. In many developing countries trade has proved to be the most effective engine of economic growth, generating the resources required for eradicating poverty. Protectionist policies not only hinder North-South trade and in general act as a brake on trade expansion and on the growth of the world economy, but they also impose significant costs on the consumer, both in developed and developing countries. Protectionism is also causing serious problems to the economies of Eastern Europe which are in transition and this question needs to be tackled on an urgent basis. The developing countries also need to diminish protectionism in tandem with their evolution from the infant industry stage and keeping in mind their development priorities.

10. Trade barriers have led to major price increases even in essential goods which are bought by the average consumer. Recessionary economic conditions and growing unemployment are not congenial economic conditions in which to pursue active policies for reducing protectionism. However, past experience clearly establishes that increased protectionism creates more problems than it solves, and that dismantling of trade barriers is an essential element in overcoming recession and unemployment. The Conference urged upon the governments of developing and developed countries actively to pursue the fight against protectionism.

11. The Conference expressed its grave concern regarding increasing unemployment, and that a rise in production does not necessarily lead to a rise in employment. It has been noted in developed economies that the application of sophisticated technologies and the increasing productivity associated with such application is one of the important causes of employment lagging behind production. Therefore, the employment implications of the application of necessary sophisticated technologies in developing countries need to be addressed. The effect of trade expansion on employment creation needs also to be more clearly understood in the management of the global economy. A trading environment which facilitates job creation should be aimed for, and the Conference therefore urges governments and multilateral institutions to examine the relationship between trade and employment so that policy conclusions can be derived therefrom. Both developing and developed countries should urgently review their economic and social policies to ensure that job creation is given high priority since this is the best way in which the benefits of growth can be distributed to a wider population.

12. In the last two decades, while tariff barriers have been reduced, non-tariff barriers such as voluntary export restraints, export subsidies, domestic taxes and other trade restricting measures have increased, as have health sanitary regulations. There is an urgent need to establish greater transparency with regard to non-tariff barriers, especially in those areas which are of concern to poorer developing countries. The Conference urged that such non-tariff barriers be removed as quickly as possible.

13. Primary commodities are of central importance to many developing countries as a source of foreign exchange earnings. International and multilateral efforts to negotiate satisfactory arrangements for trade in primary commodities have failed. The Common Fund for primary commodities has not been effective in stabilizing and improving commodity prices. International commodity agreements have been largely ineffective, apart from selective, temporary results which have been beneficial to producers. Compensatory financing arrangements of the IMF and of the Lomé Convention have been of limited value. Commodity processing in developing countries, though increasing, is handicapped by market, technology and information constraints. Over-production has also been created in several commodities through financing of commodity projects by multilateral and bilateral donor agencies. The Conference called upon the UN system and developed countries to review the international commodity situation, especially from the perspective of assuring developing country commodity producers of remunerative prices. Agricultural protectionism in developed countries not only restricts trade between North and South, but it also imposes large costs on the average consumer. While agriculture is important to developed countries, it is also vital that agricultural activities in these countries should be pursued cost-effectively and without dependence on heavy subsidies.

14. A large number of developing countries have now emerged as exporters of manufactured goods, and many now export more manufactured goods than primary commodities. Non-tariff barriers are particularly significant in restricting the expansion of manufactured exports of the South. One sector in which such restrictions are strongly evident is that of textiles and clothing, which are industries in which the developing countries enjoy significant comparative advantages. The Conference recommended that these restrictions to trade should be speedily removed in the mutual interest of

both developing and developed countries. Export expansion from the South should generate, in turn, export opportunities for developed countries, as countries in the South in the current stage of their development have an overwhelming demand for technologically sophisticated capital, intermediate and consumer goods and also services from developed countries.

15. Trade in services is now an important component of international trade and also of trade between the North and South. An equitable multilateral regime on trade in services should take account of the comparative advantages of various groups of countries in different areas of trade in services. Efficiently operating service industries, such as communications, telecommunications, financial services, are essential for development. Developing countries have specific advantages in the provision of labour services and in many labour-intensive service sectors, even when these sectors demand technically sophisticated services. Most developing countries are yet in the stage of building up their service sectors and, consequently, require a degree of support to develop those activities. The Conference believed that Uruguay Round agreements on services should incorporate special provisions for the poorer developing countries, so that they have an opportunity to develop their services sector.

16. The growing importance of regional trading and common market arrangements is a positive factor in increasing world trade. The importance attached to the regional factor is a natural consequence of global political and economic restructuring in the aftermath of colonial relationships. New regional growth poles have also emerged subsequent to the disintegration of centrally planned economies. Enhanced regional economic co-operation will contribute to a stronger world trading system and, when outward looking, could be an important factor in strengthening multilateral trading and economic arrangements. The Conference therefore urged emerging regional bodies to operate within a framework of strengthened trading multilateralism.

17. The world trading system urgently needs to be governed by new multilateral arrangements. Trade expansion can only be ensured through equitable multilateral trading arrangements, where the interests of producers and consumers are mutually reconciled. The Conference called upon all States to conclude the Uruguay Round of Multilateral Trade Negotiations successfully by the end of 1993, and agree on the establishment of the Multilateral Trade Organization. For success to be achieved, developing countries must receive special and differential treatment it will be necessary to put together a balanced agreement, to which all participants contribute to the extent that their level of development permits and from which all will benefit.

FINANCIAL FLOWS AND DEBT

18. Countries in the South require augmented and predictable financial flows from countries in the North and from multilateral institutions. Their requirements have not been diminished by recent changes in global political equations. The need to meet these requirements remains as before. Avenues should be pursued for both public and private transfer of resources. Indeed, given the substantially larger availability of investable surpluses in the private sector, there's a need for strengthening government backing for direct foreign investment in developing countries within the framework of long-term partnership agreements between individual developing and developed countries or groups of such countries. The Conference recommended that the concept of such develop-

ment compacts and other innovative ideas be considered in detail in intergovernmental fora.

19. In recent years, several developing countries have achieved capacities to transfer financial resources to other developing countries and this trend should be encouraged. Differentiated systems and arrangements are required to meet the needs of different groups of developing countries. Most developing countries require Official Development Assistance (ODA), on highly concessional terms and preferably through grants, to finance their development activities. There are several developing countries whose financial needs could be met through a blend of concessional and non-concessional resources. Most developing countries could benefit from direct foreign investment. While bilateral and multilateral mechanisms exist to mobilise this type of resource flows, they are hampered by a shortage of resources.

20. Finding solutions to the debt problem of developing countries is one of the most urgent tasks before the international community. Though the present debt crisis is basically over for commercial banks of developed countries, it's a serious crisis which persists and escalates for poorer developing countries, especially those in Africa, and those devastated by drought, famine and other disasters. The Conference appreciated the significant reductions in the debt burden that have been arranged for some countries through the Paris Club and urged more generous cancellation of official debt for all poorer developing countries. Such debt cancellation should include the concessional debt owed to multilateral financial institutions which should be empowered to cancel those debts through a fresh mandate from member countries. It has been proven that debt forgiveness is the surest way of relieving the severe financial burden of poorer developing countries.

21. While it was recognized that all developed countries face financial constraints in recessionary circumstances, the commitment to transfer 0.7 per cent of their GNP as ODA should be seen as an international obligation, vital to the management of the world economy. This target is also critical to the alleviation of absolute poverty and to the stimulation of sustainable patterns of development. The Conference called upon all developed countries to move towards the achievement of the agreed target of 0.7 per cent.

22. ODA should be directed primarily to the poorer developing countries and projects and programmes which are financed through ODA should be targeted on the poorest groups. The Conference recommended that ODA resources should be increasingly allocated for human development and to the improvement of health and education and to conserving the environment. It's critical to efficiency of resource use that governments of recipient countries create appropriate institutional frameworks for assistance to be channelled to the poor. In view of the central role of women in promoting sustainable development in many countries, a significant portion of ODA should be allocated to programmes and projects which directly benefit women.

23. The Conference called upon developed donor countries to strengthen their commitment to disbursing increasing shares of their ODA through multilateral channels. In this regard, it viewed with concern the stagnation of multilateral aid and sometimes even its diminution. The Conference urged donor countries to maintain and increase their commitments to UN system agencies and to International Development Association (IDA) and to the concessional lending arms of regional banks. It expressed concern that multilateral funds

have not been used in cost-efficient ways, and though considering that multilateral channels are to be preferred, the Conference recommended that resources should be especially concentrated on those agencies which are most effective in terms of development impact.

24. Expenditures incurred on peacekeeping and on humanitarian relief, either through the UN system or bilaterally, are increasing, notably because of mounting instability in many regions. However, the Conference recommended that these expenditures should not be at the expense of resources allocated to development. In particular, it suggested that resources allocated for peacekeeping purposes be defined separately from ODA.

25. The Conference called upon developed and developing country governments and multilateral organizations to explore all feasible avenues of increasing resource transfers to the South and specifically urged using mechanisms which do not impose significant budgetary burdens on donor countries. Proposals made by many countries, both developing and developed, and by the IMF to issue new Special Drawing Rights (SDR's) should therefore be carefully studied, as such SDR issues would not claim resources of donor governments and could contribute to demand expansion at a time of recession. The IMF and member governments could also utilise the existing gold stock of the IMF, valued conservatively at around US\$40 billion, as a revolving fund for development purposes.

26. Most developing countries can efficiently absorb a greater amount of nonconcessional financing made available through multilateral financing institutions. These institutions have the capacity and expertise to generate and mobilise financial resources from international capital markets cost-effectively for investment in developing countries. There's yet greater scope to expand non-concessional multilateral lending. The Conference urged that this aspect of development financing be examined in depth to strengthen and expand current arrangements.

27. Direct foreign investment has been an important source of financing of development in the South. Private investment of this kind does not create any debt burden. However, only a limited number of countries have benefited from the flow of direct foreign investment, which is determined exclusively by the prospects of profitability of such investments. The Conference urged developed countries and relevant multilateral institutions such as the IBRD Group, IMF, UNCTAD and UNIDO, to examine ways and means of stimulating flows of direct foreign investment and transfer of technology to those countries which are lagging behind in receipt of investments and technology. An encouraging feature is the growth of foreign investment from developing countries, and this trend needs to be further stimulated. Current projects in technical co-operations of multilateral agencies, which are directed towards attracting direct foreign investment, might not be adequate to the task and should therefore be reviewed to make them more relevant to developing countries according to their individual circumstances.

GLOBAL GOVERNANCE

28. The last major attempt to create a new global multilateral system was in the 1940's when the UN system and Bretton Woods agencies were established and a new International Trade Organization (ITO) was proposed in the Havana Charter. Since that time, multilateral arrangements and institutions have been established from time to time to address

various areas of international concern, as and when they arose. There's now a patchwork of multilateral institutions, some effective, others less so, and many of them undertaking overlapping tasks. The current multilateral system demands improvement, reform, consistency and convergence. The Conference called upon governments of both North and South and the multilateral institutions to undertake a comprehensive and wide-ranging review of current multilateral practices, and identify areas for reform and improvement, in the context of an interdependent world economic system. There's an urgent need to stimulate alternative ways of analysis and of prescription to development problems, and international organizations should be encouraged to take appropriate initiatives in this regard.

29. The Conference considered that, in reforming and improving multilateral systems and arrangements, the primary aim should be to ensure social and economic justice, fairness, equity and transparency in multilateral governance, and the application of democratic principles in decision-making processes. Multilateral institutions, to be efficient, effective and transparent, should be equipped with the required power and authority and with agreed systems of dispute settlement. It's not essential that multilateral institutions should always be UN agencies. Multilateralism can thrive within and outside the UN system.

30. Within the framework of principles set out above, the Conference urged member governments to strengthen the economic institutions of the UN system, through enabling greater coordination and integration of development activities of individual UN agencies. Effective UN development interventions require that UN agencies operate within a broad framework of agreed principles, without intervening in isolation to deal with difficult issues. Reform of UN agencies and their coordination should apply to all agencies of the system, including specialized agencies which remain outside the decision-making processes of the UN General Assembly.

31. The UN system should address the issue of devolving powers to regional offices, to take account of the new dimensions of economic and political regionalism. Devolution of powers to the regions would enable the UN system to react more efficiently to problems of developing countries. The central institutions of the UN should effectively involve the UN regional commissions directly in the development and design of their programmes and in their implementation. The Conference urged UN system agencies and member governments to explore the feasibility of enlarging the powers and the mandates of UN regional commissions and thereby avoiding duplication of activities by individual agencies of the UN system.

32. The Conference observed that parliamentarians have a unique contribution to make in shaping the institutions and policies for a more interdependent world. These institutions need to be made accountable and governed in accordance with democratic principles. Parliamentary institutions should be more involved in the governance of these institutions. The new emerging global system should not be the preserve of the many technocracies that are proliferating in a technologically complex world. In this context, the forthcoming world conferences — the United Nations Conference on Population and Development (Cairo, 5-13 September 1994), the World Summit for Social Development (Copenhagen, 11-12 March 1995), the IVth World Conference on Women (Beijing, 4-15 September 1995) — have an important contribution in establishing global mandates. The Conference called upon national

and international policy-makers to be alert to the needs and demands of people everywhere when shaping the new systems of global governance.

FOLLOW-UP AND INITIATIVES BY PARLIAMENTS AND THE INTER-PARLIAMENTARY UNION

33. The Conference observed that its recommendations are broadly divided into two parts. There are those to be studied and implemented by governments of developing and developed countries. These include changes in the domestic and external policies as practised by governments and which have a crucial bearing on the development process. Changes will be required in development policies of donor countries and in the practices they adopt in channelling development aid. More resources are required to be channelled for human development. These countries will also be required to liberalize their trade policies to enable access to their markets for developing country products. Developing countries are required to put in place a facilitating framework which enables individual human initiatives and systems of economic incentives which are equally significant for efficiency in the development process.

34. The Conference in its second set of recommendations focused on the reform of multilateral regimes and institutions. In an increasingly interdependent world, the role of multilateral institutions was seen as crucial to the development process. Multilateral institutions both within and outside the UN system therefore require significant reform to ensure that development resources are efficiently utilized. Especially in the trade field, new multilateral arrangements are required to enable a favourable trading environment for all countries.

35. The Conference felt strongly that these recommendations should be resolutely followed up so that they might be effectively implemented. It also felt that the fruitful reflection and dialogue which took place in Ottawa should be pursued by the Union at all suitable levels, taking advantage of the multidimensional nature of development issues.

36. With this in view and as an immediate step, the Conference called on the participating National Groups and the other members of the Union to:

(i) See to it that the Final Document is given proper attention by their respective parliaments; and

(ii) Give the greatest publicity to these recommendations, notably by disseminating them to the media, social and special interest groups and relevant non-governmental organizations.

37. The Conference also requested the Secretary General to transmit the Final Document to the relevant international institutions, asking them to give special attention to the conclusions and recommendations.

38. It recommended that the Inter-Parliamentary Council endorse the Final Document at its next session and envisage further steps by which National Groups could ensure that the conclusions and recommendations of the Conference be duly taken into account in the national activities and policy of their countries.

39. The Conference understood that the IPU Support Committee to the North-South Dialogue would continue to lead the way for action by the Union and its members, and recommended that the Inter-Parliamentary Council ensure that the IPU look, at all possible ways to contribute towards promoting development.

40. The Conference fully recognized the diversity of the components of development and of the elements required for its achievement. It noted that four major international

events scheduled to take place in the next two years would be essential to bringing about progress in all aspects of development world-wide: the Conference on Population and Development in Cairo, the World Summit for Social Development in Copenhagen, the Conference on Women in Beijing, and the 50TH anniversary of the United Nations in 1995.

41. The Conference therefore welcomed the IPU's plans to ensure that the world-wide inter-parliamentary community makes a fitting contribution to these events and strongly recommended that the Inter-Parliamentary Council do everything possible to make that effort more meaningful still.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB — AP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, quero manifestar, o que faço com grande satisfação, minha inteira e completa solidariedade à Deputada Roseana Sarney, que está sendo vítima de uma intensa campanha de parte de certa imprensa, apenas por ser filha e grande aliada política do ex-Presidente José Sarney.

As matérias aparecidas nos últimos dias, contra a atuante parlamentar, têm sido cruéis, ferozes, onde não se respeita, sequer, o ser humano, nem os amigos e, o que é pior, nem a família. Ela tem sido acusada injustamente, de manter suspeitas relações com a construtora Norberto Odebrecht. Acusam-na de ter assinado um ofício, encontrado em poder do diretor da empresa, Ailton Reis, solicitando aumento de verbas para um programa de ampliação do sistema de esgotos sanitários em Imperatriz, no seu Estado, o Maranhão.

Nada mais falso nestas suspeitas afirmações. A Deputada Roseana Sarney, que não usa cortinas ou venezianas na sua vida política, disse, e isso não foi publicado, que não tratava de um pedido de liberação de verbas, mas sim uma simples, legal e ética correção, de um erro orçamentário. Solicitou, apenas, e no pleno exercício de seu direito de tratar de assuntos de interesse de seu Estado, que a emenda apresentada, destinada ao Estado do Maranhão, fosse consignada ao Estado, não ao Município de Imperatriz, como, incorretamente, constava na execução orçamentária. Com essa medida, que hoje está sendo interpretada, por setores da imprensa, como comprometedor, ela tentava, unicamente, corrigir um erro que não fora seu.

O equívoco, que redundou na sua carta, foi cometido pela Comissão de Orçamento, que modificou a proposta original. Ela, portanto, apenas lutava para que o erro não viesse a prejudicar a sua emenda.

Quanto ao fato desse ofício ter sido encontrado, indevidamente, junto ao material apreendido na casa do representante da Odebrecht, é importante lembrar que a cópia contém o carimbo do recebimento do Ministério do Bem-Estar Social, o que esclarece, que ela não teve qualquer participação na entrega do referido documento à construtora. A Deputada Roseana Sarney, ciosa de seus deveres para com a sociedade do Estado que representa, havia enviado ofício de igual teor ao Presidente do Congresso Nacional, com a mesma intenção, de que o erro fosse reparado.

Como se pode notar, um simples ofício, rotineiro na vida de qualquer parlamentar, pedindo uma correção de rubrica orçamentária que, aliás, não foi atendida pelo Ministério do Bem-Estar Social, está servindo, e como, para denegrir a imagem de um parlamentar da melhor qualidade e de seu pai, um ex-Presidente da República, que vem aparecendo

com certo destaque nas últimas pesquisas de opinião pública sobre as próximas eleições presidenciais. Por isso, ou apenas por isso, a Deputada tem sido alvo de ataques maldosos, mentirosos, apenas porque colocou o seu dever como meta de atividade política.

É claro, e não se precisa de um esforço muito grande para se ver isso, e que, por trás de tudo, está a campanha que tanto o PDT como o PT, incomodados com o crescimento das possibilidades do Senador José Sarney chegar, mais uma vez, à Presidência da República, estão fazendo contra ele. Tanto o Sr. Luiz Inácio da Silva como o Governador Leonel Brizola temem, e muito, o crescimento do nome do ex-Presidente.

Quero deixar registrado nos Anais desta Casa o meu protesto contra a campanha indigna que se está fazendo contra o ex-Presidente José Sarney e que, para isso, se utiliza, de uma forma pouco elegante e nada digna, da atividade de seus filhos Deputados Federais, Roseana Sarney e José Sarney Filho. A eles apresento por toda essa mentirosa campanha jornalística.

Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco _ Álvaro Pacheco _ Dirceu Carneiro _ Eduardo Suplicy _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Hydekell Freitas _ Iram Saraiva _ João Calmon _ Jonas Pinheiro _ José Fogaça _ Jossé Sarney _ Lavoisier Maia _ Lourenberg Nunes Rocha _ Luiz Alberto Oliveira _ Márcio Lacerda _ Mário Covas _ Meira Filho _ Nelson Carneiro _ Odacir Soares _ Pedro Simon _ Raimundo Lira _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — A Presidência dispensa, na sessão de hoje, o período correspondente à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Na presente sessão terminou o prazo para a apresentação de emendas às seguintes matérias:

— Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo; e

— Projeto de Resolução nº 126, de 1993, que autoriza a Companhia Vale do Rio Doce a contratar operação de crédito externo junto ao **Export-Import Bank of Japan**, no valor equivalente a até duzentos milhões de dólares, norte-americanos, com garantia da União.

Os projetos não receberam emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de quarta-feira a seguinte

ORDEM DIA

— 1 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1993 (nº 242/93, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que renova a permissão da empresa Modelo FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanhal, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de Educação.

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1993 (nº 247/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada do Sertão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João do Piauí, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de Educação.

— 3 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1993 (nº 247/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Álvaro Pacheco, em substituição à Comissão de Educação.

— 4 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Independente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Amir Lando, em substituição à Comissão de Educação.

— 5 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Amir Lando, em substituição à Comissão de Educação.

— 6 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 46, DE 1993****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 375, VIII, do Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Álvaro Pacheco, em substituição à Comissão de Educação.

— 7 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 47, DE 1993****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 375, VIII, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1993 (nº 60/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão à Rádio FM Rio Acaraú de Tamboril Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Tamboril, Estado do Ceará. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

— 8 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 52, DE 1993****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 172, II, “d”, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná (dependendo de parecer da Comissão de Educação).

— 9 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 48, DE 1993****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de Educação.

— 10 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 49, DE 1993****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Amir Lando, em substituição à Comissão de Educação.

— 11 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 50, DE 1993****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 353, Parágrafo único, do Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1993 (nº 277/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida ao Sistema Nova Era de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de Educação.

— 12 —

**SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 1991
(Em regime de urgência, nos termos do
art. 336, “c”, do Regimento Interno)**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1991 (nº 3.081/89, na Casa de origem), que estabelece normas para as microempresas — ME, e empresas de pequeno porte — EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, creditício e do desenvolvimento empresarial (art. 179 da Constituição Federal), tendo

Parecer, sob nº 363, de 1993, da Comissão

— Diretora, oferecendo a redação do vencido.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre as emendas de Plenário)

— 13 —

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 135, DE 1993 — COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do
art. 336, “c”, do Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1993 — Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafo ao art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona, tendo

Parecer, proferido em Plenário. Relator: Senador José Richa, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, favorável ao Projeto e pela tramitação autônoma, como projeto de lei, das emendas apresentadas.

— 14 —

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 112, DE 1993****(Em regime de urgência nos termos do
art. 336, “c”, do Regimento Interno)****(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 376, de 1991)**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1990 (nº 5.710/90, naquela Casa), de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais.)

— 15 —

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, DE 1991***(Em regime de urgência nos termos do
art. 336, "c", do Regimento Interno)**(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1990)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 1991, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que cria o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais.)

— 16 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 1993*(Em regime de urgência, nos termos do
art. 336, "c", do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1993 (nº 284/91, na Casa de origem), que regulamenta o exercício das Profissões de Técnico em Higiene Dental e de Atendente de Consultório Dentário. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais.)

— 17 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 1993*(Em regime de urgência, nos termos do
art. 336, "c", do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1993 (nº 1.270/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o salário mínimo de médicos e cirurgiões-dentistas, tendo

Parecer, proferido em Plenário. Relator: Senador Almir Gabriel, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais, favorável ao Projeto com emenda de redação que apresenta.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Emenda.)

— 18 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 1993*(Em regime de urgência, nos termos do
art. 336, "c", do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1993 (nº 2.250/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União, sob jurisdição do Ministério da Marinha. (Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

— 19 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, DE 1993*(Em regime de urgência, nos termos do
art. 336, "c", do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 219, de 1993 (nº 94/91, na Casa de origem), que prorroga a Lei que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

— 20 —

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 221, DE 1993-COMPLEMENTAR***(Em regime de urgência, nos termos do
art. 336, "c", do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 221, de 1993-Complementar (nº 165/93, na Casa de origem),

que disciplina a fixação do número de deputados, nos termos do art. 45, inciso primeiro, da Constituição Federal. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

— 21 —

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 235, DE 1993-COMPLEMENTAR***(Em regime de urgência, nos termos do
art. 336, "c", do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 1993 (nº 146/93-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria o Fundo Penitenciário Nacional — Funpen, e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

— 22 —

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 237, DE 1993-COMPLEMENTAR***(Em regime de urgência, nos termos do
art. 336, "c", do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 237, de 1993-Complementar (nº 145/93-Complementar, na Casa de origem), que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências (dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

— 23 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 126, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 126, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 414, de 1993), que autoriza a Companhia Vale do Rio Doce a contratar operação de crédito externo junto ao Export-Import Bank of Japan, no valor equivalente a até duzentos milhões de dólares norte-americanos, com garantia da União.

— 24 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 129, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 129, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 430, de 1993), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir 65.274.713.295 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP, destinadas à liquidação do 5º oitavo de precatórias judiciais pendentes, bem como de complementos às parcelas anteriormente emitidas.

— 25 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 1993*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 172, I, do Regimento Interno)*

Nº 173, 1993 (nº 1.864/89, na Casa de origem), que dá nova redação aos arts. 387 e 392 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, altera os arts. 12 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e os arts. 39, 71, 73 e 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, todos pertinentes à licença-maternidade. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE
Nº 570, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º alínea (a), do Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 8.112, de 1990, e o que consta do Processo nº 023945/93-1, RESOLVE remover, a pedido, da Sede do Órgão em Brasília para ter lotação e exercício na Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, ANA LÚCIA MACHADO DE MATTOS, Matrícula 2491, ocupante do cargo de Analista Legislativo, Nível III, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir do dia 1º de dezembro de 1993.

Senado Federal, 30 de novembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 571, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 022.821/93-7, RESOLVE aposentar, voluntariamente, a servidora MARIA INÊS DE SOUZA RIBEIRO BASTOS, Assessor Legislativo, Área de Assessoramento Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea c; e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os arts. 34, § 2º; 37; e 38, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 572, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 023.001/93-3, RESOLVE aposentar, compulsoriamente, o servidor RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso II; 187; e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com a Resolução SF nº 77, de 1992, e os arts. 34, § 2º; 37; e 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, a partir de 9 de dezembro de 1993, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 573, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 3º, § 37da Resolução nº 51, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 024.141/93-3, RESOLVE designar SILVIO HAUAGEN

SOARES, Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade de Comunicação Social, Nível III, Padrão 45, para substituir a Diretora da Subsecretaria de Divulgação, no período de 1º-12-93 a 20-12-93, durante o gozo de férias da titular.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 574, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 021.553/93-9, RESOLVE, tornar sem efeito a nomeação de SYMONE MARIA MACHADO BONFIM para o cargo de Técnico Legislativo, Nível II, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Datilografia, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, constante do Ato do Presidente nº 431, de 1993.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 575, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com a competência que lhe é conferida pelo art. 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor JORGE LUIZ PEÇANHA ALMEIDA, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, mat. 3722, para substituir o Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal, no período de 17 a 30-1-94.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado, a partir do dia 17 de janeiro de 1994, o Ato do Presidente nº 606, de 1991.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 576, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições e em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e de acordo com o § 6º do art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990, RESOLVE declarar vago, a partir de 1º de dezembro de 1993, o cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do Art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 1990, ocupado pelo servidor GILBERTO GIL SANTIAGO, em razão de sua posse no cargo de Assessor Legislativo, Nível III, Área de Assessoramento Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 577, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e de acordo com o § 6º do Art. 13 da Lei nº 8.112,

de 1990, **RESOLVE** tornar sem efeito a nomeação de JOSE RIBAMAR RABELO FONTENELE JÚNIOR e NAGIB CHAUL NETO para o cargo de Técnico Legislativo, Nível II, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Datilografia, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, constante do Ato do Presidente nº 431, de 1993, em virtude de não haverem cumprido o prazo previsto para posse no referido cargo, de acordo com o disposto no art. 13, § 1º 8.112, de 1990.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 578, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, o uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e de acordo com o § 6º do art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990, **RESOLVE**, tornar sem efeito a nomeação de AIRLIS LUIZ FERRACIOLI para o cargo de Técnico Legislativo, Nível II, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Transporte, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, constante do Ato do Presidente nº 463, de 1993, em virtude de não haver cumprido o prazo previsto para posse no referido cargo, de acordo com o disposto no art. 13, § 1º, da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 579, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2 de

1973, e tendo em vista o disposto do art. 15 da Lei nº 8.112, de 1990, no § 2º **RESOLVE**, exonerar ANTONIO FERREIRA LIMA, e LUIS CARLOS CARNEIRO MATOS do cargo de Técnico Legislativo, Nível II, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Padrão 16, Especialidade Datilografia, para o qual foram nomeados pelo Ato do Presidente nº 431, de 1993, em virtude de não haverem cumprido o prazo previsto para entrar em exercício, de acordo com o disposto no § 1º do art. 115 da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE nº 580, DE 1993

Altera os Quadros de Detalhamento da Despesa fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, referentes às Unidades Orçamentárias 02.101 Senado Federal — Secretaria e 72.102 — Recursos sob Supervisão do Senado Federal.

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 57, § 3º, da Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992, resolve:

Art. 1º Ficam alterados na forma dos Anexos, os Quadros de Detalhamento da Despesas fixadas nos Orçamentos das Unidades a seguir relacionadas, quem com este baixa.

02.000 — Senado Federal

02.101 — Senado Federal — Secretaria

72.000 — Encargos Previdenciários da União.

72.102 — Recursos sob Supervisão do Senado Federal,

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA- CANCELAMENTO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - SEGURIDADE		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
15.082.0495.2013 - Encargos com Inativos e Pensionistas				
15.082.0495.2013/0001 - Encargos com Inativos e Pensionistas	3.1.90.01	151	12.609.000	
	3.1.90.92	151	50.006.000	62.615.000

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	TOTAL
62.615.000	62.615.000	62.615.000

72.000 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO

72.102 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO SENADO FEDERAL

Em CRS 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA- SUPLEMENTAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - SEGURIDADE		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
15.082.0495.2013 - Encargos com Inativos e Pensionistas				
15.082.0495.2013/0001 - Encargos com Inativos e Pensionistas	3.1.90.03	151	62.615.000	62.615.000

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	TOTAL
62.615.000	62.615.000	62.615.000

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

Em CRS 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA-CANCELAMENTO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.001.0001.2021 - Administração e Coordenação dos Serviços Legislativos				
01.001.0001.2021/0002 - Funcionamento do Senado Federal	3.1.90.16	100	260.000.000	
	3.1.90.92	188	297.343.000	557.343.000

RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
557.343.000	557.343.000	557.343.000

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

Em CRS 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA-SUPLEMENTAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.001.0001.2021 - Administração e Coordenação dos Serviços Legislativos				
01.001.0001.2021/0002 - Funcionamento do Senado Federal	3.1.90.11	188	292.343.000	
	3.1.90.13	100	260.000.000	
	3.1.90.14	188	5.000.000	557.343.000

RECURSOS DO TESOUREIRO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
557.343.000	557.343.000	557.343.000

ATO DO PRESIDENTE
Nº 581, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 021.334/93-5, **RESOLVE** tornar sem efeito o Ato desta Presidência nº 527, de 1993, que aposentou, voluntariamente, a servidora MAURILA RODRIGUES DA COSTA, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO
Nº 15, DE 1993

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e em consonância com a decisão adotada pela Egrégia Comissão Diretora, em reunião realizada em 27 de outubro de 1993, resolve:

Art. 1º O serviço extraordinário, previsto no art. 73 da Lei nº 8.112, de 1990, será prestado pelos servidores das Secretarias e Subsecretarias, pela convocação direta do titular, que comunicará previamente, com a antecedência mínima de 7 (sete) dias, ao Diretor-Geral, para avaliação e encaminhamento ao Primeiro-Secretário, para deliberação.

Art. 2º Os servidores lotados em gabinete parlamentar prestarão serviços extraordinários por convocação direta de seu titular, que encaminhará solicitação prévia ao Primeiro Secretário, devidamente justificada, para autorização.

Art. 3º Os serviços extraordinários previstos no presente Ato serão estabelecidos em escalas, que não poderão exceder de um terço da lotação de cada unidade, observado o mesmo percentual da lotação regular de cada gabinete parlamentar.

Parágrafo único. Somente será permitida a prestação de serviços extraordinários para o atendimento de situações excepcionais e temporárias, observado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada de trabalho, obedecidos os limites de 44 (quarenta e quatro) horas mensais e de 90 (noventa) horas anuais, consecutivas ou não.

Art. 4º Os servidores escalados para a prestação de serviços extraordinários deverão, obrigatoriamente, registrar ponto pelo sistema eletrônico nos dias pré-estabelecidos.

Art. 5º Fica a Subsecretaria de Administração de Pessoal responsável pelo acompanhamento e verificação da prestação de serviços extraordinários, emitindo, a cada quinzena, relação e relatório para apreciação e deliberação do Primeiro Secretário.

Art. 6º Os serviços extraordinários, constantes de escalas previamente comunicadas ao Diretor-Geral, anteriores à publicação deste Ato, serão objeto de deliberação do Primeiro Secretário.

Art. 7º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 2 de dezembro de 1993. — Senador **Júlio Campos**, Primeiro Secretário.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 79, DE 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42,

de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 024.318/93-0, **RESOLVE** nomear LINDEMBERG GUSMÃO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Júnia Marise.

Senado Federal, 3 de novembro de 1993. — **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 80, DE 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, **RESOLVE** tornar sem efeito o Ato nº 68, de 1993, desta Diretoria-Geral, publicado no DCN — Seção II, de 22 de outubro de 1993, que nomeou o Senhor HERALDO VIANNA, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Nelson Carneiro.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1993. — **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 81, DE 1993

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 021.169/93-4, **RESOLVE** nomear HERALDO VIANNA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Nelson Carneiro.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1993. — **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

ATAS DE COMISSÃO**25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA**

REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1993

Às doze e horas e trinta minutos do dia dezoito de novembro de um mil, novecentos e noventa e três, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Humberto Lucena, Presidente; Chagas Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente; Levy Dias, Segundo Vice-Presidente; Nabor Júnior, Segundo Secretário; Nelson Wedekin, Quarto Secretário, e Beni Veras, Suplente.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, o Excelentíssimo Senhor Senador Júlio Campos, Primeiro Secretário, e a Excelentíssima Senhora Senadora Júnia Marise, Terceira Secretária.

Ao abrir a reunião, o Excelentíssimo Senhor Presidente transmite aos presentes informações do Diretor-Geral, relativamente à programação financeira para atendimento dos compromissos salariais do Senado Federal.

O Senhor Presidente concede então a palavra ao Diretor-Geral que, a seguir expõe o quadro aos presentes, afirmando que haveria necessidade de adiar os pagamentos previstos para novembro e dezembro de 1993, decorrentes de horas extras e de exercícios anteriores, como medida técnica recomendável para fazer face às dificuldades orçamentárias. Acrescenta ter determinado às áreas Administrativa, Financeira e de Pessoal o levantamento minucioso da situação e o estudo,

com prioridade, de medidas alternativas, as quais serão, imediatamente, submetidas à consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente e da Comissão Diretora.

Após debates, a Comissão Diretora autoriza o adiamento do pagamento dos montantes relativos a horas-extras e exercícios anteriores.

O Senhor Presidente submete, após, aos presentes os seguintes assuntos:

a) Estudo recebido pela Comissão Diretora, sobre alterações no grupo de Secretariado Parlamentar, com base em deliberação adotada pela Mesa da Câmara dos Deputados.

Após debates, os presentes decidem não considerar o assunto, por ser inoportuno;

b) Requerimento nº 1.088, de 1993, por meio do qual o Senhor Senador Moisés Abrão solicita sejam encaminhadas à Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB, através do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, informações atinentes à Cibrazen.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

c) Requerimento nº 1.089, de 1993, por meio do qual o Senhor Senador Moisés Abrão requer sejam solicitadas à Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB, através do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, informações atinentes ao resultado da Consulta de Preços para realização de transporte de produtos agrícolas.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

d) Requerimento nº 1.098, de 1993, por meio do qual o Senhor Senador Guilherme Palmeira requer a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da entrevista concedida pelo Papa João Paulo II ao jornalista Jas Gawronski (*La Stampa*), publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição de 3-11-93, sob o título "O mundo que o Papa vê".

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

e) Requerimento nº 1.102, de 1993, por meio do qual o Senhor Senador João Rocha solicita ao Senhor Ministro da Fazenda informações sobre o endividamento dos Estados, Municípios e suas Autarquias.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

f) Requerimento nº 1.106, de 1993, através do qual o Senhor Senador Nelson Wedekin solicita informações ao Senhor Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária referente aos processos encaminhados ao Mara e ao Ibama, para avaliação do ponto de vista da eficácia agrônômica.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

g) Requerimento nº 1.119, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, no qual solicita ao Senhor Ministro do Exército o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

h) Requerimento nº 1.120, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, no qual solicita ao Senhor Ministro das Comunicações o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

i) Requerimento nº 1.121, de 1993, por meio do qual o Senhor Senador Gilberto Miranda solicita ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

j) Requerimento nº 1.122, de 1993, no qual o Senhor Senador Gilberto Miranda solicita ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

k) Requerimento nº 1.123, de 1993, no qual o Senhor Senador Gilberto Miranda solicita ao Senhor Ministro da Agricultura o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

l) Requerimento nº 1.124, de 1993, no qual o Senhor Senador Gilberto Miranda solicita ao Senhor Ministro da Aeronáutica o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

m) Requerimento nº 1.125, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, em que solicita ao Senhor Ministro dos Transportes o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

n) Requerimento nº 1.126, do Senhor Senador Gilberto Miranda, em que solicita ao Senhor Ministro do Trabalho o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

o) Requerimento nº 1.127, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, em que solicita ao Senhor Ministro da Saúde o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de Pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

p) Requerimento nº 1.128, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, em que solicita ao Senhor Ministro das Relações Exteriores o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

q) Requerimento nº 1.129, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, em que solicita ao Senhor Ministro da Previdência Social o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, encaminham a matéria à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

r) Requerimento nº 1.130, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, em que solicita ao Senhor Ministro das Minas e Energia o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

s) Requerimento nº 1.131, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda em que solicita ao Senhor Ministro do Meio Ambiente o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

t) Requerimento nº 1.132, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, em que solicita ao Senhor Ministro da Marinha o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vincu-

ladadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

u) Requerimento nº 1.133, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, em que solicita ao Senhor Ministro da Justiça o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e Administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

v) Requerimento nº 1.134, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, em que solicita ao Senhor Ministro da Integração Regional o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

w) Requerimento nº 1.135, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, em que solicita ao Senhor Ministro da Cultura o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

x) Requerimento nº 1.136, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, em que solicita ao Senhor Ministro da Educação e do Desporto o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

y) Requerimento nº 1.137, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, em que solicita ao Senhor Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a entidades fechadas de previdência privada e administradoras de fundos de pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

z) Requerimento nº 1.138, de 1993, do Senhor Senador Gilberto Miranda, em que solicita ao Senhor Ministro da Fazenda o encaminhamento dos valores relativos às transferências promovidas por entidades da Administração indireta, vinculadas àquele Ministério, destinadas a Entidades Fechadas de Previdência Privada e administradoras de Fundos de Pensões, nos últimos cinco anos.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

z1) Requerimento nº 1.147, de 1993, do Senhor Senador João Rocha, em que solicita sejam fornecidas informações mensais das receitas, despesas e alocação de pessoal do Senado Federal, CEGRAF e Prodasen.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

z2) Requerimento nº 1.149, de 1993, no qual o Senhor Senador Jutahy Magalhães solicita informações ao Ministério da Fazenda sobre quais entidades se beneficiaram a partir de 1990 com isenção ou redução de impostos de importação, por estarem cadastradas no Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério do Bem-Estar Social.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

z3) Requerimento nº 1.150, de 1993, no qual o Senhor Senador Marco Maciel requer a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do editorial intitulado "Regulamentar o lobby", publicado no *Jornal de Brasília*, em 9-11-93.

Os presentes, após exame, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

z4) Projeto de Resolução nº 96, de 1993, que "dispõe sobre a publicação dos Perfis Parlamentares dos ex-Senadores".

É designado o Senhor Senador Nabor Júnior para relatar a matéria;

z5) Ofício nº 90/93, do Senhor Consultor-Geral, em exercício, em que denuncia o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, por crime de responsabilidade.

É designado o Senhor Nelson Wedekin para relatar a matéria.

A seguir, o Senhor Presidente dá a palavra ao Senhor Senador Beni Veras, Suplente de Secretaria, que, como Relator do Projeto de Resolução nº 4/93-CN, emite Parecer contrário à criação de Comissão Parlamentar Mista de Relações Econômicas Internacionais. No Parecer, alega o Relator que "a criação de mais Comissão Permanente, cujas atribuições, em boa parte, se sobrepõem àquelas de Comissões já existentes, como a de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a de Assuntos Econômicos no caso desta Câmara Alta, sobrecarregaria, ainda mais, a agenda de trabalhos do Congresso Nacional". E conclui propondo o encaminhamento da matéria às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos.

Após discussão, os presentes aprovam o Parecer contrário.

Antes de o Senhor Senador Beni Veras relatar o assunto seguinte, o Senhor Presidente, por motivo ético, passa a condução dos trabalhos ao Senhor Primeiro Vice-Presidente. É então lido Parecer sobre o Ofício SGM/P nº 913/93, de 29-9-93, do Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Presidente da Câmara dos Deputados, que trata do requerimento sem número, de 1993, formulado pelos Senhores Deputados Luiz Alfredo Salomão, Paulo Ramos, Carlos Lupi e Wilson Müller referente a fatos ocorridos na sessão plenária do Congresso Nacional.

O Parecer conclui pela improcedência da acusação de falta de decoro parlamentar, imputada pelos requerentes, uma vez que "o Presidente do Congresso Nacional agiu rigorosa-

mente de acordo com suas atribuições, responsabilidades e deveres".

Aduz ainda: "Embora não seja matéria sob apreciação neste Parecer, a Comissão Diretora do Senado sente-se na obrigação de manifestar o seu entendimento de que a atitude dos Senhores Deputados ora requerentes, na sessão de 22-3-93, não foi compatível com as regras visuais de convivência parlamentar, pecando pelo exagero, mesmo que se considerassem vítimas de uma decisão equivocada da Presidência do Congresso".

Após debates, os presentes aprovam o Parecer, que sugere também o encaminhamento da matéria às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em seguida, é dada a palavra ao Senhor Diretor-Geral, que expõe os seguintes assuntos:

a) Proposta de Ato da Comissão Diretora que "altera a redação do Ato da Comissão Diretora nº 68, de 1993".

Após debates, os presentes aprovam e assinam o respectivo Ato, que vai à publicação;

b) Proposta de Ato da Comissão Diretora em que "delega competência ao Diretor da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para firmar, em nome do Senado Federal, termo de contrato de cessão de parte das instalações do Anexo do Palácio do Itamaraty, situado naquela cidade, a ser celebrado com a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda, ouvida a Consultoria-Geral".

Após debates, os presentes aprovam e assinam o respectivo Ato, que vai à publicação;

c) Processo nº 021431/93-0, em que o servidor Giovanni Pretti solicita licença para trato de interesses particulares, bem como autorização para ausentar-se do País por 730 (setecentos e trinta) dias.

É designado o Senhor Senador Nabor Júnior para relatar a matéria;

d) Processo nº 020960/93-0, no qual o Serviço de Administração Financeira solicita o questionamento junto à Secretaria de Controle Interno se as Entidades Subvencionadas já prestaram contas das referidas subvenções.

É designado o Senhor Senador Nabor Júnior para relatar a matéria;

e) Processo nº 018871/93-3 e 020725/93-0, do Senhor Senador Levy Dias, nos quais solicita ressarcimento de despesas telefônicas em sua residências.

Após debates, os presentes autorizam a solicitação;

f) Processo nº 021349/93-2, em que a Diretoria-Geral presta esclarecimentos referentes ao ressarcimento das despesas médicas efetuadas pelo Senhor Senador Antônio Mariz.

A solicitação é referendada pelo Senhor Presidente;

g) Processo nº 000536/93-8 — Prodasen, no qual a servidora Ana Maria Barbosa Ferreira Bandeira solicita auxílio financeiro para aquisição de passagem para tratamento de saúde em Havana — Cuba.

É designado o Senhor Senador Levy Dias para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às quatorze horas, pelo que eu, Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora lavrei a presente Ata, que depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 18 de novembro de 1993.
— Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA**REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 1993**

Às onze horas e quarenta minutos do dia dois de dezembro de um mil, novecentos e noventa e três, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Humberto Lucena, Presidente; Chagas Rodrigues, Primeiro-Vice-Presidente; Levy Dias, Segundo-Vice-Presidente; Júlio Campos, Primeiro Secretário e Júnia MARISE, Terceira-Secretária.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Excelentíssimos Senhores Senadores Nabor Júnior, Segundo Secretário e Nelson Wedekin, Quarto Secretário.

O Senhor Presidente dá início e submete aos presentes os seguintes assuntos:

a) Requerimento nº 1.152, de 1993, do Senhor Senador Iram Saraiva, no qual requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro das Minas e Energia informações sobre as razões do veto parcial ao Projeto de Lei de Conversão nº 22, aprovado na Sessão do Congresso Nacional do dia 19-10-93.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

b) Requerimento nº 1.153, de 1993, do Senhor Senador José Paulo Bisol, no qual requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro das Minas e Energia informações sobre as razões do veto parcial ao Projeto de Lei de Conversão nº 22, aprovado na Sessão do Congresso Nacional do dia 19-10-93.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

c) Requerimento nº 1.154, de 1993, do Senhor Senador Bello Parga, em que requer sejam encaminhadas ao Ministro do Trabalho, informações sobre os desvios no recolhimento aos cofres públicos de contribuições sociais de parte de pessoas jurídicas sujeitas a essas obrigações, no caso de empresas proprietárias de jornais, revistas, estações de rádio e de televisão, ofertantes de publicidade aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo Federal.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

d) Requerimento nº 1.190, de 1993, do Senhor Senador Esperidião Amin, no qual requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Fazenda, junto à Caixa Econômica Federal, informações atinentes ao montante arrecadado a nível nacional através da Conta Especial "Empregos e Salários", relativos à Contribuição Sindical dos últimos três exercícios e qual a destinação dada a esses recursos.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

e) Requerimento nº 1.191, de 1993, do Senhor Senador José Fogaça, em que requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre as razões do veto parcial do Projeto de Lei de Conversão nº 22, aprovado na Sessão do Congresso Nacional do dia 19-10-93.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

f) Requerimento nº 1.192, de 1993, do Senhor Senador Bello Parga, em que requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Previdência Social informações sobre desvios aos cofres públicos de contribuições sociais de parte de pessoas jurídicas sujeitas a essas obrigações, no caso de empresas proprietárias de jornais, revistas, estações de rádio e de televisão, ofertantes de publicidade aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo Federal.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

g) Requerimento nº 1.193, de 1993, do Senhor Senador Bello Parga, em que solicita ao Senhor Ministro da Fazenda informações sobre desvios no recolhimento aos cofres públicos de contribuições sociais de parte de pessoas jurídicas a essas obrigações, no caso de empresas proprietárias de jornais, revista, estações de rádio e de televisão, ofertantes de publicidade aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo Federal.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

h) Requerimento nº 1.233, de 1993, do Senhor Senador Mauro Benevides, no qual solicita a transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo "Ode à delegação", de autoria do Senhor Ministro César Asfor Rocha, publicado no "Diário do Nordeste", em sua edição de 14-11-93.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

i) Requerimento nº 1.373, de 1993, do Senhor Senador Luiz Alberto de Oliveira, no qual requer a transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo intitulado "A imprensa está fracassando", de autoria do jornalista Gilberto Dimenstein, publicado no jornal *A Folha de São Paulo*, em sua edição de 12-11-93.

Os presentes, após discussão, aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

j) Processo nº 012726/93-1, do presidente da Cooperativa Habitacional dos Servidores do Senado Federal, em que solicita a disposição do servidor Durval Morgado Filho a partir do dia 17-7-93 até o final de seu mandato.

É designada a Senhora Terceira-Secretária para relatar a matéria;

k) Processo nº 013586/93-9, no qual o Senhor Senador João Calmon encaminha Quadro Demonstrativo de Prestação de Contas relativo à viagem para tratamento de saúde no que concerne à auditoria dos gastos na referida viagem e o ressarcimento da quantia ultrapassada.

É designado o Senhor Primeiro-Secretário para relatar a matéria;

l) Processo nº 023290/93-5, em que o Senhor Senador Lourenberg Nunes Rocha solicita o pagamento à empresa Líder Táxi Aéreo, referente ao fretamento de aeronave para o transporte de sua falecida mãe.

A matéria é rejeitada, por falta de amparo legal;

m) Processo nº 023676/93-0, no qual o Serviço de Administração Orçamentária presta esclarecimento quanto aos empenhos estimativos para os conveniados do Sistema Integrado de Saúde — SIS.

Os presentes aprovam a matéria;

n) Processo nº 024293/93-8, referente à solicitação da servidora Leany Barreiro de Sousa Lemos quanto ao desarqui-

vamento de processo anterior, no qual se sentiu prejudicada e que tratava de reposicionamento de servidores de nível intermediário.

É designado o Senhor Segundo-Vice-Presidente para relatar a matéria;

o) Processo nº 018219/93-4, relativo à aquisição de equipamento para a Central de Vídeo do Senado Federal.

A matéria é homologada pelos presentes;

p) Ofício nº 480/93-Prser, em que é solicitado ressarcimento de despesas médicas efetuadas pelo Senhor Senador Júlio Campos.

A solicitação é autorizada pela Comissão Diretora;

A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Segundo-Vice-Presidente, que, apresenta os seguintes assuntos:

a) Parecer contrário ao Processo nº 000536/93-8 (Prodasen), no qual a servidora daquele órgão, Ana Maria Barbosa Ferreira Bandeira solicita auxílio financeiro para aquisição de passagem para tratamento de saúde na cidade de Havana (Cuba).

Após discussão, o Parecer é aprovado pelos presentes.

b) Parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 2, de 1992, que "altera o instituto da Indicação de que trata a Seção IV, do Capítulo I, do Título VIII do Regimento Interno do Senado Federal".

Após discussão, o Parecer é aprovado pelos presentes.

É concedida a palavra ao Senhor Primeiro Secretário, que expõe os seguintes assuntos:

a) Parecer favorável à determinação à Secretaria de Controle Interno para a "realização de uma auditoria no SIS — Sistema Integrado de Saúde, com vistas a indicar todos os eventuais problemas existentes em relação aos contratos vigentes, bem como as formalidades e procedimentos cuja adoção é indispensável para a continuidade de funcionamento do sistema" (Processo nº 005.264/93-6).

Após discussão, o Parecer é aprovado pelos presentes.

b) Processo nº 022879/93-5, por meio do qual o Excelentíssimo Senhor Senador Márcio Lacerda solicita a concessão do Auditório Petrônio Portela, no dia 15 de dezembro próximo, a partir das vinte horas, para a realização de formatura da Escola de Enfermagem de Valparaíso — GO.

Após discussão, o Parecer é aprovado pelos presentes.

c) Relatório Final da Comissão Especial constituída pelo Ato nº 0272-DE, constante de avaliação dos bens considerados ociosos, anti-econômicos, inservíveis e irrecuperáveis do patrimônio do CEGRAF com vistas à promoção de venda deste

material através de leilão (Processo nº 001138/93-6 — CEGRAF).

Após discussão, a matéria é aprovada pelos presentes.

d) Parecer favorável à proposta do Senhor Senador Pedro Simon feita por meio do Projeto de Resolução nº 32/91 (arquivado) para criação de uma Capela Ecumênica no Congresso Nacional. Por meio do presente Parecer é sugerida a delegação ao Diretor-Geral da tomada das providências necessárias à realização desse empreendimento.

Após discussão, o Parecer é aprovado pelos presentes.

O Senhor Presidente concede a palavra à Senhora Terceira-Secretária que apresenta Parecer favorável ao "Plano de Implantação do Index da Assembléia Nacional Constituinte" proposto pela Subsecretaria de Anais e pela Subsecretaria de Biblioteca, com o objetivo de indexar e editar todos os Anais daquela Assembléia Nacional Constituinte, tendo em vista a relevância dos trabalhos que serão desenvolvidos durante o Processo de Revisão Constitucional. O Parecer é favorável, ainda, ao aproveitamento do Convênio nº 001/90, realizado entre o Senado Federal e a Fundação Universidade de Brasília, como instrumento que possibilita a cessão de estagiários das áreas de biblioteconomia e letras para a realização dos trabalhos.

Os presentes aprovam os pareceres da Senhora Terceira-Secretária.

Com a palavra, o Senhor Diretor-Geral propõe a retificação do texto constante da Ata da 20ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de agosto de 1992 e relativo ao convênio com a Polícia Militar do Distrito Federal.

A Comissão Diretora aceita a proposta e a redação passa a ser a seguinte: "Os presentes aprovam a prorrogação, ficando decidida a realização de licitação para contratação de porteiro dos blocos residenciais da SQS 309, tão logo finde o prazo de vigência do contrato para vigilância armada naqueles locais."

Por decisão da Comissão Diretora, fica também referendada a autorização do Senhor Presidente dada no Processo nº 021349/93-2 (pedido de ressarcimento de despesas médicas feito pelo Senhor Senador Antônio Mariz).

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, às doze horas e trinta minutos, pelo que eu, Manoel Vilela de Magalhães, que depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 2 de dezembro de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

MESA

Presidente

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PTB _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PRN _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PDS _ PI

Beni Veras _ PSDB _ CE

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB

Líder

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN

Líder

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP

Líder

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC

Líder

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT

Líder

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares	Suplentes
PMDB	
Amir Lando	RO-3111/12 César Dias
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59 Mansueto de Lavor
José Fogaça	RS-3077/78 Garibaldi A. Filho
Iram Saraiva	GO-3134/35 Gilberto Miranda
Nelson Carneiro	RJ-3209/10 Marcio Lacerda
Antônio Mariz	PB-4345/46 Aluizio Bezerra
Pedro Simon	RS-3230/31 Divaldo Suruagy
Wilson Martins	MS-3114/15 Alfredo Campos
PFL	
Josaphat Marinho	BA-3173/74 Hydekel Freitas
Francisco Rollemberg	SE-3032/33 Marco Maciel
Carlos Patrocinio	TO-4058/68 Henrique Almeida
Odacir Soares	RO-3218/19 Lourival Baptista
Elcio Alvares	ES-3131/32 João Rocha
PSDB	
Eva Blay	SP-3119/20 Almir Gabriel
Jutahy Magalhães	BA-3171/72 Teotônio Vilela Filho
Mário Covas	SP-3177/78 Vago
PTB	
Luiz Alberto	PR-4059/60 Affonso Camargo
Carlos De'Carli	AM-3079/80 Lourenberg N. Rocha
PDT	
Magno Bacelar	MA-3073/74 Lavoisier Maia
PRN	
Aureo Mello	AM-3091/92 Ney Maranhão
PDC	
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74 Gerson Camata
PDS	
Esperidião Amin	SC-4206/07 Jarbas Passarinho
PP	
Pedro Teixeira	DF-3127/28 João França

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes
PMDB	
Amir Lando	RO-3111/12 Aluizio Bezerra
Antônio Mariz	PB-4345/46 João Calmon
César Dias	RR-3064/63 Onofre Quinan
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59 Pedro Simon
Divaldo Suruagy	AL-3180/85 José Fogaça
Juvêncio Dias	MA-3050/4393 Ronan Tito
Ronaldo Aragão	RR-4052/53 Nelson Carneiro
PFL	
Garibaldi A. Filho	MG-3038/39/40 Mauro Benevides
Márcio Lacerda	RN-4382/92 José Fogaça
Vago	BA-3161/62 Flaviano Melo
PDS	
Lourival Baptista	RR-4052/53 Cid S. de Carvalho
João Rocha	RO-3064/65/66 Juvêncio Dias
Francisco Rollemberg	PE-3182/83/84 Pedro Simon
Almir Gabriel	AC-3158/59 Divaldo Suruagy
Beni Veras	AM-3104/05 João Calmon
Jutahy Magalhães	GO-3148/50 Wilson Martins
PTB	
Marluce Pinto	TO-4058/68 Odacir Soares
Affonso Camargo	PB-320/02 Bello Parga
Jonas Pinheiro	AP-3191/92/93 Alvaro Pacheco
PDT	
Lavoisier Maia	RN-3098/99 Elcio Alvares
PRN	
Şaldanha Derzi	MA-4071/72 Josaphat Marinho
Aureo Mello	MS-4215/16 Ney Maranhão
PDC	
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74 Moisés Abrão
PDS	
Lucídio Portella	PI-3055/57 Jarbas Passarinho
PSB / PT	
Eduardo Suplicy	SP-3213/15 José Paulo Bisol
PP	
Pedro Teixeira	DF-3127/28 Meira Filho

Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
PFL			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocinio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB			
Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Affonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53

PRN			
Şaldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37

PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23

PSB / PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25

PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: João Rocha
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares	Suplentes
PMDB	
Ronan Tito	MG-3038/39/40 Mauro Benevides
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92 José Fogaça
Ruy Bacelar	BA-3161/62 Flaviano Melo
Ronaldo Aragão	RR-4052/53 Cid S. de Carvalho
César Dias	RO-3064/65/66 Juvêncio Dias
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84 Pedro Simon
Aluizio Bezerra	AC-3158/59 Divaldo Suruagy
Gilberto Miranda	AM-3104/05 João Calmon
Onofre Quinan	GO-3148/50 Wilson Martins
PFL	
Carlos Patrocinio	TO-4058/68 Odacir Soares
Raimundo Lira	PB-320/02 Bello Parga
Henrique Almeida	AP-3191/92/93 Alvaro Pacheco
Dario Pereira	RN-3098/99 Elcio Alvares
João Rocha	MA-4071/72 Josaphat Marinho
PDS	
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74 Moisés Abrão
PDC	
Lucídio Portella	PI-3055/57 Jarbas Passarinho
PSB / PT	
Eduardo Suplicy	SP-3213/15 José Paulo Bisol
PP	
Pedro Teixeira	DF-3127/28 Meira Filho

PSDB			
Beni Veras José Richa Mário Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80
PTB			
Afonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63
PDT			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Albano Franco Levy Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Mello	MS-4215/18 AM-3091/92
PDC			
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
PT/PSB			
Guardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3515/3516/4354/3341 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344			
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE			
(19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Alfredo Campos Vice-Presidentes: Hydekkel Freitas			
Titulares			
Suplentes			
PMDB			
Jonas Tito Alfredo Campos Elson Carneiro Ivaldo Suruagy João Calmon Luis Bacelar	MG-3039/40 MG-3237/38 RJ-3209/10 AL-3185/86 ES-3154/55 BA-3160/61	Mauro Benevides Flaviano Melo Garibaldi A. Filho Mansueto de Lavor Gilberto Miranda Cesar Dias	CE-3052/53 AC-3493/94 RN-4382/92 PE-3182/83 AM-3104/05 RR-3064/65
PFL			
Guilherme Palmeira Hydekkel Freitas Jurival Baptista Ivar Pacheco	AL-3245/46 RS-3064/65 SE-3027/28 PI-3083/86	Francisco Rollemberg Josaphat Marinho Raimundo Lira Marco Maciel	SE-3032/34 BA-3173/74 PB-3200/3201 PE-3197/98
PSDB			
Dirceu Carneiro José Richa	SC-3179/80 PR-3163/64	Jutahy Magalhães Eva Blay	BA-3171/72 SP-3119/20
PTB			
Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	PR-4058/59 RR-4062/63	Valmir Campelo Jonas Pinheiro	DF-3188/89 AP-3206/07
PDT			
Lucy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
PRN			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
PP			
Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
PDS			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546			
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI			
(23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dario Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho			
Titulares			
Suplentes			
PMDB			
Flaviano Melo Mauro Benevides Aluizio Bezerra Onofre Quinan Gilberto Miranda Alfredo Campos Marcio Lacerda Vago	AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 MG-3237/38 MT-3029/30	Amir Lando Ruy Bacelar Ronaldo Aragão Ronan Tito Juvêncio Dias Antonio Mariz Wilson Martins Vago	RO-3110/11 BA-3161/62 RR-4052/53 MG-3039/40 PA-3050/53 PB-4345/46 MS-4345/46
PFL			
Dario Pereira Henrique Almeida Elcio Alvares Bello Parga Hydekkel Freitas	RN-3098/99 AP-3191/92 ES-3131/32 MA-3069/72 RJ-3082/83	Raimundo Lira João Rocha Carlos Patrocínio Guilherme Palmeira Vago	PB-3201/02 TO-4071/72 TO-4068/69 AL-3245/46
PSDB			
Dirceu Carneiro Teotônio V. Filho José Richa	SC-3179/80 AL-4093/94 PR-3163/64	Beni Veras Jutahy Magalhães Vago	CE-3242/43 BA-3171/72
PTB			
Lourenberg N. R. Marluce Pinto	MT-3035/36 RR-4062/63	Afonso Camargo Vago	PR-3062/63
PDT			
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
PRN			
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
PP			
João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286			

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaca	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphar Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Espendião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente
Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral CR\$ 3.620,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral CR\$ 3.620,00

J. avulso CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.